



**PROGRAMA OPERACIONAL  
DA REGIÃO CENTRO  
PO CENTRO**

**2000-2006**

*Referência da Comissão (Nº CCI) 1999 PT 16 1 PO 014  
Objectivo 1 Portugal*

**ANEXO III**

**Relatório de Execução de 2009**



## **Índice Geral**

Introdução	5
1. Alterações das condições gerais de enquadramento do Programa Operacional	7
1.1. Evolução económica e social nacional	7
1.2. Evolução económica e social regional	8
1.3. Principais políticas com impacte nas condições de enquadramento do programa	10
2. Resultados dos Eixos Prioritários e das Medidas	11
2.1. Síntese dos indicadores de realização	11
2.2. Execução por Eixo e Medida	13
2.2.1. Eixo I – Síntese da execução	13
2.2.2. Eixo II – Síntese da execução	16
2.2.3. Eixo II, Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior	19
2.2.4. Eixo III – Síntese da Execução	23
2.2.5. Eixo III, Medida III.14- Agricultura e Desenvolvimento Rural	26
3. Execução Financeira do Programa Operacional	43
3.1. Execução do Plano de Financiamento	43
3.2. Execução por domínio de intervenção	47
3.3. Despesa certificada, transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários	49
4. Resultados e financiamento dos grandes projectos	51
5. Disposições adoptadas pela Autoridade de Gestão e pela Comissão de Acompanhamento para assegurar a qualidade e a eficácia da execução do Programa Operacional	53
5.1 Acompanhamento, Controlo interno e sistema de informação	53
5.2. Acções de controlo	56
5.3 Utilização da assistência técnica do Programa	62
5.4 Medidas adoptadas para assegurar a publicidade do Programa	64
5.5 Síntese dos problemas significativos e medidas adoptadas	66
6. Medidas adoptadas para assegurar a compatibilidade das políticas comunitárias e a coordenação de conjunto	67
6.1.Igualdade de oportunidades	67
6.2. Concorrência – Regime de Ajudas	68
6.3. Respeito pela política agrícola comum.	69
6.4. Mercados Públicos.	70
6.5. Protecção e Melhoria do Ambiente	71



## Índice dos principais Quadros

Quadro 1.1 Principais indicadores económicos, ano 2008 e 1º semestre 2009	7
Quadro 1.2 Evolução do número de desempregados na Região Centro, 2008-2009	8
Quadro 1.3 Comércio internacional de bens, saídas e exportações na Região Centro, anos 2008 e 1º semestre 2009	9
Quadro 2.1 Grau de cumprimento das metas de cada medida, por Eixo, situação a 30-06-2009	11
Quadro 2.2 Grau de cumprimento das metas de cada medida, por Fundo, situação a 30-06-2009	12
Quadro 2.3 Eixo I - Candidaturas aprovadas – situação a 30-06-2009	13
Quadro 2.4 Eixo I - Programação e execução – situação a 30-06-2009	14
Quadro 2.5 Eixo I : Síntese da execução por Medida, situação a 30-06-2009	15
Quadro 2.6 Eixo II - Candidaturas aprovadas – situação a 30-06-2009	16
Quadro 2.7 Eixo II - Programação e execução – situação a 30-06-2009	16
Quadro 2.8 Eixo II Síntese da execução por Medida, situação a 30-06-2009	18
Quadro 2.9 Medida II.7 Execução Financeira 2009 por Acção	20
Quadro 2.10 Medida II.7 Programação e execução, situação a 30-06-2009	20
Quadro 2.11 Medida II.7 Execução Financeira por Acção, situação a 30-06-2009	21
Quadro 2.12 Medida II.7 Indicadores de realização a 30-06-2009	22
Quadro 2.13 Eixo III - Candidaturas aprovadas – situação a 30-06-2009	23
Quadro 2.14 Eixo III - Programação e execução – situação a 30-06-2009	24
Quadro 2.15 Eixo III Síntese da execução por Medida, situação a 30-06-2009	26
Quadro 2. 16 Medida III.14 Programação e execução, situação a 30-06-2009	27
Quadro 2.17 Medida III.14 - Execução total por linha de acção, situação a 30-06-2009	28
Quadro 2.18 Medida 3.14 - Linha de Acção 1, execução a 30-06-2009	29
Quadro 2.19 Medida III.14 - Linha de Acção1, Indicadores de realização a 30-06-2009	30
Quadro 2.20 Medida 3.14 - Linha de Acção 2, execução a 30-06-2009	31
Quadro 2.21 Medida III.14 - Linha de Acção2, Indicadores de realização a 30-06-2009	31
Quadro 2.22 Medida 3.14 - Linha de Acção 3, execução a 30-06-2009	32
Quadro 2.23 Medida III.14 - Linha de Acção 3, Indicadores de realização a 30-06-2009	33
Quadro 2.24 Medida 3.14 - Linha de Acção 4, execução a 30-06-2009	35
Quadro 2.25 Medida III.14 - Linha de Acção 4, Indicadores de realização a 30-06-2009	35
Quadro 2.26 Medida 3.14 - Linha de Acção 5, execução a 30-06-2009	36
Quadro 2.27 Medida III.14 - Linha de Acção 5, Indicadores de realização a 30-06-2009	37
Quadro 2.28 Medida 3.14 - Linha de Acção 6, execução a 30-06-2009	38
Quadro 2.29 Medida III.14 - Linha de Acção 6, Indicadores de realização a 30-06-2009	38



Quadro 2.30 Medida 3.14 - Linha de Acção 7, execução a 30-06-2009	39
Quadro 2.31 Medida III.14 - Linha de Acção 7, Indicadores de realização a 30-06-2009	40
Quadro 2.32 Medida 3.14 - Linha de Acção 8, execução a 30-06-2009	41
Quadro 2.33 Medida III.14 - Linha de Acção 8, Indicadores de realização a 30-06-2009	41
Quadro 3.1 PO Centro - Programação e execução por Fundo - situação a 30-06-2009	43
Quadro 3.2 PO Centro - Programação e execução por Eixo e Fundo, situação a 30-06-2009	44
Quadro 3.3 PO Centro: Síntese da execução por Medida (situação a 30-06-2009)	46
Quadro 3.4 PO Centro: despesa pública executada por domínio de intervenção, situação a 30-06-2009	47
Quadro 3.5 Despesa Certificada e Pagamentos da CE, situação a 31-12-2009	49
Quadro 3.6 Despesa Certificada e Pagamentos da CE, ano de 2009	49
Quadro 3.7 Transferências e Pagamentos, situação a 31-12-2009	50
Quadro 5.1 Número de reuniões da Unidade de Gestão, por Eixo Prioritário, situação a 30-06-2009	53
Quadro 5.2 Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão por Fundo, situação a 30-06-2009	53
Quadro 5.3 Despesa FEDER verificada, situação a 13-11-2009	58
Quadro 5.4 Despesa FSE verificada, situação a 13-11-2009	60
Quadro 5.5 Despesa FEOGA verificada, situação a 13-11-2009	60
Quadro 5.6 Despesa IFOP verificada, situação a 13-11-2009	61
Quadro 5.7 Despesa verificada pela EAT do Controlo do PO Centro, situação a 13-11-2009	61
Quadro 5.8 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução a 30-06-2009	62
Quadro 5.9 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução por tipo de despesa, situação a 30-06-2009	63





## **Introdução**

O Relatório Final do PO Centro integra de forma autónoma o Relatório de 2008 e o de 2009.

Esta secção relativa ao Relatório de 2009 é constituída por 6 capítulos. O primeiro capítulo traça um quadro síntese do comportamento do primeiro semestre de 2009 em particular, no que respeita à evolução socioeconómica e às alterações das políticas nacionais, sectoriais ou regionais.

No primeiro capítulo são apresentadas as principais modificações das condições gerais para a execução do Programa no primeiro semestre de 2009 em particular, no que respeita à evolução socioeconómica e às alterações das políticas nacionais, sectoriais ou regionais.

O segundo capítulo apresenta de forma sintética os resultados alcançados no final do primeiro semestre de 2009, especificando a execução financeira e os principais indicadores de acompanhamento por medida e linha de acção para as medidas com execução efectiva durante este semestre, Medida II.7 e III.14, medidas com comparticipação do FEOGA.

O terceiro aborda todas as questões financeiras do Programa ao nível da execução, das transferências de Fundos da Comissão Europeia e dos pagamentos aos beneficiários.

O quarto especifica a situação do grande projecto no final do primeiro semestre de 2009.

O capítulo quinto centra-se sobre as questões ligadas à gestão e acompanhamento do Programa, enquanto o último capítulo sintetiza as questões do Programa associadas às políticas comunitárias.





## 1. Alterações das condições gerais de enquadramento do Programa Operacional

Neste capítulo do relatório de Execução, serão apresentadas as principais modificações das condições gerais para a execução do Programa no primeiro semestre de 2009 em particular, no que respeita à evolução socioeconómica e às alterações das políticas nacionais, sectoriais ou regionais.

### 1.1. Evolução económica e social nacional

O primeiro semestre de 2009, em continuidade com o que verificou no fim de 2008, foi marcado pela crise da economia nacional, com o PIB a registar uma quebra acentuada, resultado da diminuição da procura interna e, principalmente, da procura externa.

**Quadro 1.1 Principais indicadores económicos, ano 2008 e 1º semestre 2009**

	2008	1º Trimestre 2009	2º Trimestre 2009
PIB	0,00	-4,00	-3,70
Procura Interna	1,60	-3,70	-4,60
Consumo das Famílias	1,70	-1,60	-1,00
Taxa de Investimento	23,50	21,10	20,00
Exportações	-0,50	-19,30	-17,10
Importações	2,10	-15,40	-16,40
VAB	0,30	-3,20	-2,90
Taxa de desemprego	7,60	8,90	9,10
IPC	2,60	0,00	-1,10
Indicador de confiança dos consumidores	-44,80	-51,00	-43,50
Indicador de clima económico	0,30	-2,80	-2,50

Fonte: CCDRC, Boletim Trimestral da Região Centro (2º trimestre de 2009)

O investimento manteve a tendência de redução já verificada no último período de 2008.

No mercado de trabalho é de realçar a elevada subida da taxa de desemprego, atingindo no 2º trimestre de 2009, 9,1% contra os 7,6% registados em 2008.





O indicador de confiança dos consumidores apresentou um valor médio negativo e inferior ao do ano anterior. Também o indicador de percepção dos agentes económicos quanto ao estado da economia nacional vem evidenciar as suas expectativas negativas.

## 1.2. Evolução económica e social regional

A abordagem das alterações do contexto social e económico da região no primeiro semestre de 2009 sofre de algumas limitações dado que alguns indicadores estatísticos não estão disponíveis para esse ano ou não têm uma desagregação regional que permita isolar a Região Centro, enquanto área de aplicação do Programa, com 78 municípios, já que a NUT II actual abrange o Médio Tejo e o Oeste.

As questões a destacar ao nível regional relacionam-se com o contexto de crise económica e financeira e as suas repercussões sobre o emprego e capacidade exportadora, variáveis que serão analisadas neste ponto.

A situação que se iniciou em 2008, de acréscimo do desemprego, foi acentuada durante 2009, chegando-se a Setembro desse ano com 73.860 pessoas registadas nos Centros de Emprego da Região Centro, na situação de desempregados.

**Quadro 1.2 Evolução do número de desempregados na Região Centro, 2008-2009**

Anos	Desempregados Inscritos			Taxa de Variação em Relação ao período homólogo (%)		
	H	M	T	H	M	T
Set-08	22.559	37.657	60.216			
Set-09	32.063	41.797	73.860	42,1	11,0	22,7

Fonte: Delegação Regional Centro do IIEFP

O número de homens desempregados registou variação homóloga positiva muito acentuada (+42,1%), ou seja, mais 9.504 inscritos do género masculino comparativamente com o mês de Setembro de 2008.

O maior peso de desempregados inscritos é do género feminino, registando-se em relação ao período homólogo de 2008, um acréscimo de 11% no número de mulheres desempregadas, mais 4140 mulheres.



No primeiro semestre de 2009 continuou-se a registar um decréscimo do volume do comércio internacional, no que respeita às saídas de bens da Região Centro.

As saídas intra-comunitárias registaram uma quebra muito acentuada, enquanto as saídas para outros países, apesar de diminuírem no 2º trimestre de 2009, registaram uma quebra menos acentuada do que o decréscimo do país (-20,3% e -22,9%, nos 1º e 2º trimestre de 2009).

**Quadro 1.3 Comércio internacional de bens, saídas e exportações na Região Centro, anos 2008 e 1º semestre 2009**

		2008 (Média Trimestral)	1º Trimestre 2009	2º Trimestre 2009
Saídas e exportações				
Total	Milhões euros	1.714,60	1.431,00	1.468,10
	v.h. real (%)	-5,70	-21,40	-17,10
Intra-comunitárias	Milhões euros	1.361,7	1.121,3	1.160,8
	v.h. real (%)	-10,2	-26,6	-19,3
Extra-comunitárias	Milhões euros	352,9	309,7	307,4
	v.h. real (%)	17,3	5,2	-7,5

Fonte: CCDRC, Boletim Trimestral da Região Centro (2º trimestre de 2009). A Região Centro considerada corresponde à actual NUT II Centro



### **1.3. Principais políticas com impacte nas condições de enquadramento do programa**

Numa altura de encerramento do Programa as políticas públicas implementadas no primeiro semestre de 2009 não tiveram grande com impacte na sua execução. A questão mais relevante diz respeito ao quadro restritivo da despesa pública, que continuou a afectar a capacidade de financiamento da contrapartida nacional dos projectos financiados pelos Fundos Estruturais. No caso do programa Operacional Centro, esta dificuldade foi sentida nos projectos com financiamento do FEOGA, levando à necessidade de reabrir candidaturas e aprovar novos projectos em acções dirigidas aos municípios, “Caminhos rurais” que não dependem do Orçamento do Ministério da Agricultura, para além doutras acções que acabaram por não contribuir para a apresentação de despesa em período elegível. A reabertura deste tipo de candidaturas foi possibilitada pela Portaria n.º 254-A/2009, de Março de 2009. Outro aspecto relevante diz respeito à alteração da data limite da elegibilidade das despesas para 30 de Junho de 2009, através da Decisão n.º C(2009) 1116 de 18/2/2009, que no caso do Programa teve utilização efectiva no caso do FEOGA. Nas restantes medidas a execução da despesa elegível por parte dos beneficiários/destinatários das ajudas foi efectuada até final de 2008. A despesa imputada aos anos de 2009, nesses três Fundos (FEDER, FSE e EFOP) relaciona-se com o pagamento de ajudas efectuada em 2009 e questões de limitação de registo em sistemas de informação.



## 2. Execução dos Eixos Prioritários e das Medidas

### 2.1. Síntese dos indicadores de realização

Nos pontos seguintes é apresentada a situação dos principais **indicadores de acompanhamento de cada medida e linha de acção**, com execução efectiva no ano de 2009, com a indicação da quantidade realizada no final de 2008 e final de 2009.

Como a execução das diversas medidas, por parte dos beneficiários finais e destinatários das ajudas, terminou no final de 2008, com excepção das medidas com participação FEOGA, o grau de realização não difere em muito do apresentado no Relatório de 2008.

Sintetizando a informação por Eixo e Fundo podemos concluir que:

- Em cerca de 80% dos indicadores a realização ficou acima dos 75% da meta programada;
- O Eixo I foi o que atingiu na generalidade das medidas as metas previstas ou as ultrapassou;
- No Eixo II, devido ao peso do número de indicadores do FEOGA e ao fraco nível de execução face às metas programadas na respectiva medida, o comportamento global foi menos positivo, com 35% dos indicadores a não atingirem em 75% as metas programadas;
- No Eixo III, a situação é intermédia, com 85% dos indicadores a atingirem pelo menos 75% da meta prevista.

**Quadro 2.1 Grau de cumprimento das metas de cada medida, por Eixo, situação a 30-06-2009**

Eixo	Nº de Indicadores de acordo com a % de realização				
	Total	<75%	75%-100%	100%-125%	>125%
Eixo I	26	1	1	19	5
Eixo II	60	21	10	9	20
Eixo III	97	15	17	40	25
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>37</b>	<b>28</b>	<b>68</b>	<b>50</b>



- As medidas com intervenção do FEOGA, no Eixo III e particularmente no Eixo II, foram as que tiveram um comportamento menos favorável, face às metas previstas;
- As medidas com intervenção do FSE e IFOP, ficaram, na maioria dos casos, acima das metas programadas;
- As medidas com intervenção do FEDER em muitos casos, em particular no Eixo II, ultrapassaram largamente as metas previstas.

**Quadro 2.2 Grau de cumprimento das metas de cada medida, por Fundo, situação a 30-06-2009**

Fundo	Nº de Indicadores de acordo com a % de realização				
	Total	<75%	75%-100%	100%-125%	>125%
FEDER	103	12	9	48	34
FSE	12	1	1	3	7
FEOGA	65	24	18	16	7
IFOP	3	0	0	1	2
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>37</b>	<b>28</b>	<b>68</b>	<b>50</b>



## 2.2. Execução por Eixo e Medida

A execução do Programa concentrou-se até final do ano de 2008. No ano de 2009, primeiro semestre, só foram aprovados projectos da Medida III.14 – Agricultura e Desenvolvimento Rural. No que respeita à execução, há a destacar que, com excepção dessa Medida e da Medida II.7 – AIBT do Pinhal Interior na sua componente FEOGA, toda a despesa foi realizada pelos beneficiários finais até final de 2008. Neste contexto neste capítulo só iremos fazer referência às realizações globais dos Eixos Prioritários e à Medidas com intervenção do FEOGA, III.14 e II.7.

### 2.2.1. Eixo I – Síntese da Execução

Todos os projectos apreciados em Unidade de Gestão, num total de 2.383, tiveram decisão até final de 2008. Dos projectos apreciados, 2.219 contribuíram para a execução do Programa. O número de projectos com execução desce em relação ao final de 2008 pelo facto de em 10 projectos, os beneficiários terem desistido dos mesmos, 9 projectos da medida I.1 e 1 na medida I.9.

No quadro seguinte são identificados os projectos aprovados por Medida.

**Quadro 2.3 Eixo I - Candidaturas aprovadas – situação a 30-06-2009**

Medida	Aprovados até 30-06-2009 (*)	Aprovados em 2009
I.1	653	
I.2	270	
I.3	120	
I.4	91	
I.5	127	
I.6	628	
I.7	34	
I.8	169	
I.9	127	
<b>TOTAL</b>	<b>2.219</b>	<b>0</b>

(\*) – Exclui os projectos com desistências, arquivados e com revogação de decisão, após aprovação



A execução global do Eixo I a 30-06-2009 atingiu, em termos de fundo, 100,6% da sua dotação devido ao contributo das medidas com comparticipação FEDER já que a Medida 1.6, com comparticipação do FSE, ficou um pouco abaixo da sua dotação.

Tal como referido em pontos anteriores a despesa, na sua totalidade realizada, pelos beneficiários finais até final de 2008. Os valores imputados a 2009, negativos, decorrem da anulação de despesa validada em anos anteriores na sequência de auditorias, de desistências dos projectos por parte dos beneficiários ou de correcções da gestão.

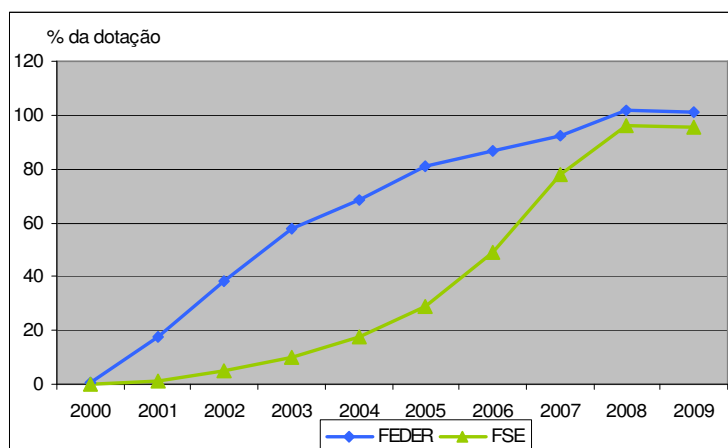
**Quadro 2.4 Eixo I – Programação e execução – situação a 30-06-2009**

Unidade: Euros

Fundo		Programação			Execução			Exc./Prog
		C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
FEDER	2000-2008	816.517.342	816.517.342	573.189.667	882.829.333	882.829.333	583.343.849	101,8
	2009				-9.139.435	-9.139.435	-5.798.443	
	<b>2000-2009</b>	<b>816.517.342</b>	<b>816.517.342</b>	<b>573.189.667</b>	<b>873.689.897</b>	<b>873.689.897</b>	<b>577.545.406</b>	<b>100,8</b>
FSE	2000-2008	30.642.831	30.642.831	22.982.184	29.718.314	29.546.531	22.159.899	96,4
	2009				-260.821	-260.821	-195.615	
	<b>2000-2009</b>	<b>30.642.831</b>	<b>30.642.831</b>	<b>22.982.184</b>	<b>29.457.494</b>	<b>29.285.711</b>	<b>21.964.283</b>	<b>95,6</b>
<b>Total Eixo I</b>	2000-2008	847.160.173	847.160.173	596.171.851	912.547.647	912.375.864	605.503.747	101,6
	2009				-9.400.256	-9.400.256	-5.994.058	
	<b>2000-2009</b>	<b>847.160.173</b>	<b>847.160.173</b>	<b>596.171.851</b>	<b>903.147.391</b>	<b>902.975.608</b>	<b>599.509.689</b>	<b>100,6</b>

Como se poderá analisar no gráfico seguinte a execução ao longo do período de programação foi distinta, consoante o Fundo envolvido. A execução do FEDER concentrou-se no primeiro período, até 2005, e o FSE com baixa execução até final desse ano conseguiu recuperar no último período.

**Eixo I- Evolução da execução em cada um dos fundos – situação a 30-06-2009**



O desempenho de cada uma das Medidas do Eixo I, é relativamente distinta, sendo de relevar os níveis alcançados pela Medidas, I.1, onde foi atingido um nível de execução, relativamente ao programado, superior a 111,5%. Na situação contrária, a medida 1.5 registou uma execução abaixo da dotação em 8,9 milhões de euros, atingindo 67% do valor programado.

**Quadro 2.5 Eixo I Síntese da execução por Medida, situação a 30-06-2009**

Unidade: euros

Medidas	Fundo Programado	Execução a 30-06-2009				Taxa de Execução Fundo (31-12-2008)	Taxa de Execução Fundo (ano 2009)
		Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Taxa de Execução (Fundo)		
<b>EIXO 1</b>	<b>596.171.851</b>	<b>903.147.391</b>	<b>902.975.608</b>	<b>599.509.689</b>	<b>100,6</b>	<b>101,6</b>	<b>-1,0</b>
1.1 - Equipamento e infra-estruturas locais	198.168.635	349.015.091	349.015.091	220.863.354	111,5	113,4	-2,0
1.2 - Ambiente e recursos naturais	121.651.648	161.105.331	161.105.331	119.907.030	98,6	98,6	0,0
1.3 - Acessibilidades	87.588.911	116.901.164	116.901.164	85.122.739	97,2	97,3	-0,1
1.4 - Qualif. dos a. Urbanos	49.562.908	70.189.824	70.189.824	46.716.083	94,3	94,3	0,0
1.5 - Apoio às act. Económicas	26.675.448	27.316.544	27.316.544	17.771.630	66,6	72,8	-6,2
1.6 - Recursos humanos	22.982.184	29.457.494	29.285.711	21.964.283	95,6	96,4	-0,9
1.7 - Valorização Territorial	53.922.973	82.325.897	82.325.897	53.694.672	99,6	99,6	-0,1
1.8 - Bonif. de Juros	4.619.144	4.867.379	4.867.379	3.649.308	79,0	79,0	0,0
1.9 - Saneamento Básico	31.000.000	61.968.668	61.968.668	29.820.591	96,2	96,5	-0,3





**2.2.2. Eixo II – Síntese da Execução**

Até ao final do programa, primeiro semestre de 2009, foram realizadas 94 reuniões da Unidade de Gestão do Eixo II, nas suas diferentes secções, e várias consultas escritas aos seus membros, tendo sido apreciadas 1.533 candidaturas. Todas as candidaturas foram aprovadas até final de 2008.

**Quadro 2.6 Eixo II - Candidaturas aprovadas – situação a 30-06-2009**

Medida	Aprovados até 30-06-2009 (*)	Aprovados em 2009 (*)
II.1	33	
II.3	191	
II.4	123	
II.5	102	
II.6	234	
II.7	382	
II.8	91	
<b>TOTAL</b>	<b>1.156</b>	<b>0</b>

(\*) – Exclui os projectos com desistências, arquivados e com revogação de decisão, após aprovação

Das candidaturas aprovadas no final do primeiro semestre de 2009, 1156, contribuem para uma execução de 292,7 milhões de Euros de despesa pública e 202,9 milhões de euros de fundo, correspondendo a 98,8% do total programado para o Eixo II. O número de projectos com execução desce em relação ao final de 2008 pelo facto de se ter registado a desistência num projecto da medida II.1.

**Quadro 2.7 Eixo I – Programação e execução – situação a 30-06-2009**

Unidade: Euros

Fundo		Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
		C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
FEDER	2000-2008	240.630.363	233.821.772	164.312.623	248.286.327	245.931.937	170.580.072	103,8
	2009				-243.967	-243.967	-170.594	
	<b>2000-2009</b>	<b>240.630.363</b>	<b>233.821.772</b>	<b>164.312.623</b>	<b>248.042.360</b>	<b>245.687.970</b>	<b>170.409.479</b>	<b>103,7</b>
FSE	2000-2008	21.419.522	20.969.832	15.727.383	16.434.452	16.434.452	12.325.839	78,4
	2009				0	0	0	
	<b>2000-2009</b>	<b>21.419.522</b>	<b>20.969.832</b>	<b>15.727.383</b>	<b>16.434.452</b>	<b>16.434.452</b>	<b>12.325.839</b>	<b>78,4</b>
FEOGA	2000-2008	50.434.129	37.480.900	25.339.937	35.119.095	29.449.116	19.473.769	76,9
	2009				1.075.751	1.105.035	674.116	
	<b>2000-2009</b>	<b>50.434.129</b>	<b>37.480.900</b>	<b>25.339.937</b>	<b>36.194.846</b>	<b>30.554.151</b>	<b>20.147.886</b>	<b>79,5</b>
<b>Total Eixo II</b>	2000-2008	312.484.014	292.272.504	205.379.943	299.839.874	291.815.505	202.379.681	98,5
	2009				831.783	861.068	503.523	
	<b>2000-2009</b>	<b>312.484.014</b>	<b>292.272.504</b>	<b>205.379.943</b>	<b>300.671.658</b>	<b>292.676.573</b>	<b>202.883.204</b>	<b>98,8</b>

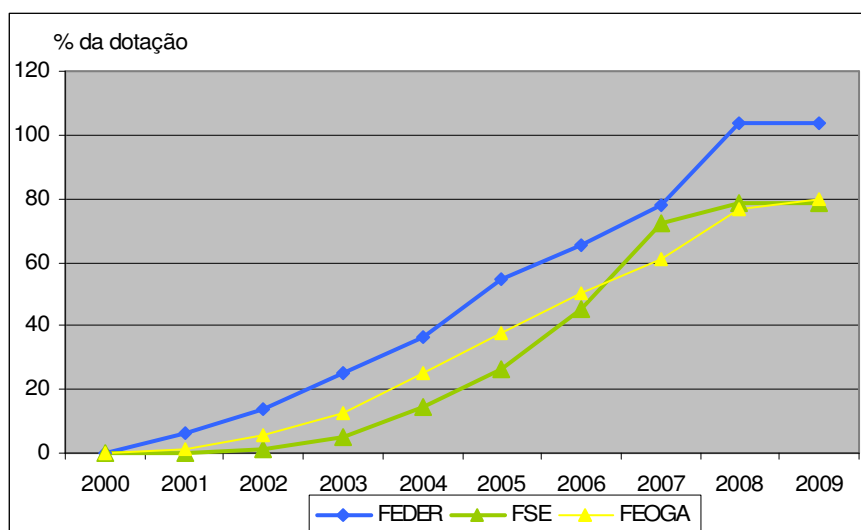


Tal como referido anteriormente somente a Medida 2.7, medida com comparticipação FEOGA teve realização efectiva no primeiro semestre de 2009.

O comportamento dos três fundos foi diverso ao longo do período de programação:

A evolução do FEDER fica marcada pelos picos de execução em 2005 e 2008 sendo significativo que a execução no ano de 2008 seja de 24,1% do fundo programado. A taxa de execução, no final do período, foi de 103,7%. Para este desempenho contribuíram fortemente as Medidas 2.1 e 2.4 que dispunham de maior volume financeiro. O Eixo II absorveu parte das verbas não executadas no Eixo III contribuindo, desta forma, para a plena realização do PO.

#### Eixo II- Evolução da execução em cada um dos fundos – situação a 30-06-2009



A medida 2.8, com intervenção do FSE, assegurou a absorção parte significativa da dotação entre os anos de 2005 e 2007. Face a uma opção da gestão de 2006 foi decidido não promover novas aprovações no Eixo II garantindo-se que a verba não executada seria disponibilizada para as medidas do Eixo III e “*overbooking*” de execução no Programa.

A evolução do FEOGA ao longo do período de programação foi fortemente condicionada pelo arranque tardio na execução e pelas quebras ocorridas no período 2006 e 2007. Apesar do esforço de execução verificado no ano de 2008 e início de 2009 não foi possível cumprir a meta programada.



**Quadro 2.8 Eixo II Síntese da execução por Medida, situação a 30-06-2009**

Unidade: euros

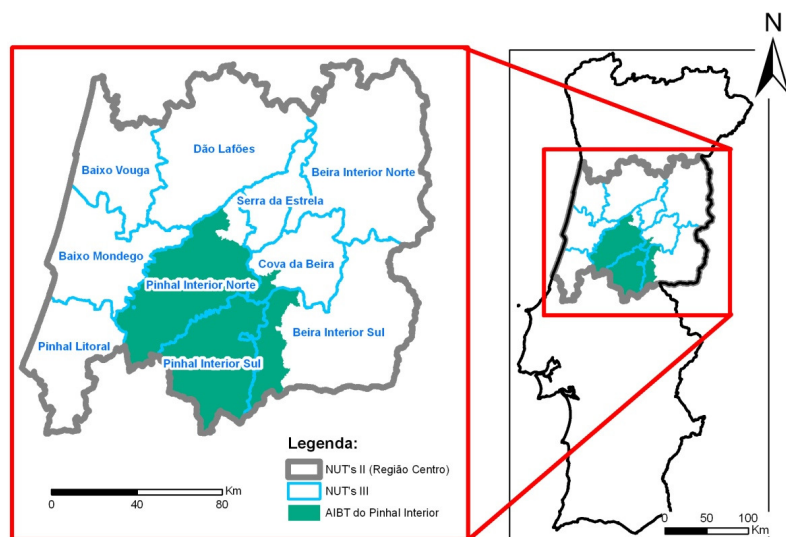
Medidas	Fundo Programado	Execução a 30-06-2009				Taxa de Execução Fundo (31-12-2008) %	Taxa de Execução Fundo (ano 2009) %
		Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Taxa Execução (Fundo) %		
<b>EIXO 2</b>	<b>205.379.943</b>	<b>300.671.658</b>	<b>292.676.573</b>	<b>202.883.204</b>	<b>98,8</b>	<b>98,5</b>	<b>0,2</b>
2.1 - Cidades	62.104.647	94.291.841	94.291.841	65.757.314	105,9	106,2	-0,3
2.3 - AIBT Dinamização das Aldeias	17.675.724	27.089.913	26.403.167	18.460.992	104,4	104,4	0,0
2.4 - AIBT Vale do Côa	44.185.001	64.302.756	63.798.385	44.641.432	101,0	101,0	0,0
2.5 - AIBT da Serra da Estrela	22.092.600	34.242.174	33.510.127	22.948.480	103,9	103,9	0,0
2.6 - AIBT Pinhal Interior (FEDER)	18.254.651	28.115.676	27.684.450	18.601.262	101,9	101,9	0,0
2.7 - AIBT Pinhal Interior (FEOGA)	25.339.937	36.194.846	30.554.151	20.147.886	79,5	76,9	2,7
2.8 - Des. Rec. Humanos	15.727.383	16.434.452	16.434.452	12.325.839	78,4	78,4	0,0

Tal como se pode concluir pelo quadro anterior a despesa realizada durante o primeiro semestre de 2009 centrou-se na Medida 2.7, representando 2,7% da dotação da mesma e 0,3% do total de fundos do Eixo II.



### 2.2.3. Eixo II, Medida II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior

A Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior corresponde ao território das NUT III “Pinhal Interior Norte” e “Pinhal Interior Sul”, com excepção do concelho de Oliveira do Hospital, incluindo as freguesias de fronteira dos concelhos de Castelo Branco, Fundão e Vila Velha de Ródão, que em função da interioridade apresentam características socio-económicas semelhantes. É uma região montanhosa, onde imperam as serras da Lousã, do Açor e do Muradal, sendo atravessada pelos rios Alva, Ceira, Mondego, Ocreza e Zêzere. Apresenta uma superfície florestal ocupa cerca de 260.000 ha (mais de 50 % do território), predominantemente, pinhal e eucaliptal.



Quanto à execução da Medida em 2009 e analisando os quadros, “Execução Financeira 2009 por Acção” e “Execução Financeira Global a 30-06-2009”, importa referir o seguinte:

- No ano de 2009 não se registou nenhuma aprovação;
- Foram reprogramados 20 projectos da Acção 6, o que permitiu a execução desta acção em 2009;
- A Acção 6 representou 88,0% da despesa pública executada em 2009;



- A despesa negativa em 2009 em algumas Acções decorre da anulação de despesa em alguns projectos com irregularidades verificadas em fase de controlo ou de acompanhamento;
- A execução do ano de 2009 representa 2,7% da sua dotação, acréscimo ligado ao encerramento de projectos.

**Quadro 2.9 Medida II.7 Execução Financeira 2009 por Acção**

Unidade: Euros

Acção	Execução 2009		(%) Despesa Pública
	D. Pública	Fundo	
1	107.528	80.646	9,7
2	67.542	50.656	6,1
3	-24.406	-18.305	-2,2
4	0	0	0,0
5	0	0	0,0
6	972.415	574.651	88,0
7	0	0	0,0
8	-26.197	-19.648	-2,4
9	8.154	6.115	0,7
<b>Total</b>	<b>1.105.035</b>	<b>674.116</b>	<b>100</b>

**Quadro 2.10 Medida II.7 Programação e execução, situação a 30-06-2009**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2008	50.434.129	37.480.900	25.339.937	35.119.095	29.449.116	19.473.769	76,9
2009				1.075.751	1.105.035	674.116	
<b>2000-2009</b>	<b>50.434.129</b>	<b>37.480.900</b>	<b>25.339.937</b>	<b>36.194.846</b>	<b>30.554.151</b>	<b>20.147.886</b>	<b>79,5</b>

As acções com o maior número de projectos aprovados foram a Acção 1 e 2 (estas apresentam o mesmo regulamento específico), com 293 projectos aprovados, dos quais 290 contribuem para a execução. A acção 6, com 45 projectos aprovados aparece em segundo lugar no que diz respeito ao número de projectos aprovados, no entanto foi a acção mais importante relativamente ao investimento aprovado, representando 57,1% do total da Despesa Publica aprovada na medida.

As Acções 4 e 7, não apresentaram nenhum projecto concluído. Apesar de no caso da Acção 4 se ter aprovado um projecto, este acabou por não ter qualquer execução.

Importa referir que 80% do montante aprovado compreende acções com intervenção directa nos espaços florestais, estando por isso dependentes da altura das estações para



realização das operações silvícolas, bem como da capacidade instalada no território para a realização dessas mesmas operações.

**Quadro 2.11 Medida II.7 Execução Financeira por Acção, situação a 30-06-2009**

Unidade: Euros

Acção	DP Programada	Execução (2000-2009)				
		Nº Proj.	D. Pública	Fundo	% D. Pública Total Executada	% D. Pública Total Programada
1		255	5.200.998	3.894.830	17,0	
2	11.300.000	35	1.795.321	1.346.513	5,9	61,9
3	3.750.000	16	3.187.100	2.390.325	10,4	85,0
4	10.000	0				0
5	40.000	1	12.683	9.512	0,0	31,7
6	18.870.000	45	17.442.358	10.321.813	57,1	92,4
7	10.000	0				0
8	3.000.000	26	2.590.456	1.940.967	8,5	86,3
9	500.000	4	325.235	243.926	1,1	65,0
<b>Total</b>	<b>37.480.000</b>	<b>382</b>	<b>30.554.151</b>	<b>20.147.886</b>	<b>100,0</b>	<b>81,5</b>

Tendo presente o valor das ajudas previstas para cada linha de Acção e o peso financeiro das mesmas, podemos concluir que as Acções 1 e 2 são as que mais contribuíram para o baixo nível de execução da medida.

Esta baixa execução da Medida derivada de vários factores, podendo-se destacar os atrasos de implementação ao nível de algumas linhas de acção, decorrentes dos atrasos verificados na publicação de regulamentação específica de cada linha de acção e subsequentes normativos internos. Acrescem as alterações ocorridas aos normativos decorrentes quer pela calamidade dos incêndios florestais de 2003 e 2005, quer das subsequentes medidas de política integradas na reforma do sector florestal. De destacar, também, as dificuldades financeiras dos promotores, públicos e privados, de forma a garantir a contrapartida nacional. Este problema ficou associado na fase final do período de programação à crise económica, e (também em períodos anteriores) à falta de recursos nacionais nomeadamente PIDDAC em projectos públicos que previam essa fonte de financiamento.

O grau de aproximação às metas previstas em Complemento de Programação foi globalmente atingido nas Acções 3 e 6. Para as restantes acções os resultados ficaram abaixo do previsto. Este facto está directamente relacionado com os problemas encontrados, já referidos, durante a execução da medida.



**Quadro 2.12 Medida II.7 Indicadores de realização a 30-06-2009**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Situação de partida	Realização 2000-2009	Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 30-06-2009
Acção 1	Reconversão de povoamentos mal instalados	ha		0	1.000	0,0
	Ajudas públicas	Mil Euro		6.996	11.300	61,9
	Arborização e rearborização	ha		3.986	9.000	44,3
	Área a beneficiar	ha		4.081	5.000	81,6
	Rede viária e divisional	km		234	400	58,5
	Pontos de água	n.º		9	20	45,0
	Projectos	n.º		290	400	72,5
Acção 3	Ajudas públicas	Mil Euro		3.187	3.750	85,0
	Organizações de produtores a constituir	n.º		16	16	100,0
Acção 4	Ajudas públicas	Mil Euro		0	10	0,0
	Projectos	n.º		0	3	0,0
Acção 5	Ajudas públicas	Mil Euro		13	40	31,7
	Projectos	n.º		1	2	50,0
Acção 6	Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos	ha		0	500	0,0
	Ajudas públicas	Mil Euro		17.442	18.870	92,4
	Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos abióticos	ha		189.704	200.000	94,9
	Área de silvicultura preventiva	ha		11.193	10.000	111,9
	Rede viária e divisional	km		4.973	4.700	105,8
	Pontos de água	n.º		99	130	76,2
Acção 7	Área florestal de interesse público coberta por projecto de valorização e conservação	ha		0	100	0,0
	Ajudas públicas	Mil Euro		0	10	0,0
Acção 8	Ajudas públicas	Mil Euro		2.590	3.000	86,3
	Projectos relativos a material lenhoso e gema de pinheiro	n.º		26	30	86,7
Acção 9	Ajudas públicas	Mil Euro		325	500	65,0
	Projectos apoiados	n.º		4	10	40,0



#### 2.2.4. Eixo III – Síntese da Execução

Até ao final do programa foram realizadas 98 reuniões da Unidade de Gestão do Eixo III e várias consultas escritas aos seus membros, tendo sido apreciadas 17.868 candidaturas, das quais 13.970 tiveram parecer favorável.

Das candidaturas aprovadas, 838 desistiram ou não apresentaram qualquer despesa elegível, pelo que no final do programa, 30-06-2009, 13.131 candidaturas contribuíram para a execução do Eixo Prioritário. Durante o ano de 2009 registaram-se 183 aprovações na Medida 3.14.

**Quadro 2.13 Eixo III - Candidaturas aprovadas – situação a 30-06-2009**

Medida	Aprovados até 30-06-2009 (*)	Aprovados em 2009 (*)
III.1	192	
III.2	141	
III.3	504	
III.4	1248	
III.5	9	
III.6	34	
III.7	50	
III.8	57	
III.9	20	
III.10	33	
III.11	69	
III.12	211	
III.13	202	
III.14	10257	183
III.15	7	
III.16	22	
III.17	47	
III.18	14	
III.19	14	
<b>TOTAL</b>	<b>13.131</b>	<b>183</b>

(\*) - Exclui os projectos com desistências, arquivados e com revogação de decisão, após aprovação

A situação financeira do eixo, a 30-06-2009, corresponde a uma despesa pública executada de 1.674,5 milhões de Euros e 981,3 milhões de euros de fundo, 100,7% do total programado para o Eixo III.





A execução do ano de 2009 está concentrada na Medida 3.14, permitindo passar de uma execução FEOGA de 88% do fundo programado, no final de 2008, para os 104%, no final do Programa.

A execução das Medidas com comparticipação FEDER e IFOP, no ano de 2009, corresponde a despesa efectuada pelos destinatários das ajudas em 2008 e paga pelos organismos intermédios em 2009.

A despesa registada em 2009 no FSE, corresponde, também, a despesa efectuada em 2008 que, por limitação do seu registo no Sistema Informação do FSE, foi contabilizada em 2009.

### Quadro 2.14 Eixo III – Programação e execução – situação a 30-06-2009

Unidade: Euros

Fundo		Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
		C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
FEDER	2000-2008	1.119.900.491	1.101.864.412	624.753.077	1.153.147.584	1.117.006.660	617.889.241	98,9
	2009				3.271.701	986.875	992.078	
	2000-2009	1.119.900.491	1.101.864.412	624.753.077	1.156.419.284	1.117.993.535	618.881.319	99,1
FSE	2000-2008	330.509.276	311.509.687	189.202.138	356.364.223	320.272.936	194.683.405	102,9
	2009				1.181.835	1.180.266	737.757	
	2000-2009	330.509.276	311.509.687	189.202.138	357.546.057	321.453.202	195.421.162	103,3
FEOGA	2000-2008	309.666.478	215.795.234	158.781.157	261.485.159	197.695.305	139.652.647	88,0
	2009				34.431.608	34.181.736	25.332.570	
	2000-2009	309.666.478	215.795.234	158.781.157	295.916.766	231.877.041	164.985.218	103,9
IFOP	2000-2008	2.198.350	2.049.320	1.537.000	2.130.430	1.921.064	1.454.200	94,6
	2009				163.624	163.624	81.812	
	2000-2009	2.198.350	2.049.320	1.537.000	2.294.053	2.084.688	1.536.012	99,9
Total Eixo III	2000-2008	1.762.274.595	1.631.218.653	974.273.372	1.773.127.395	1.636.895.965	953.679.493	97,9
	2009				39.048.767	36.512.501	27.144.217	
	2000-2009	1.762.274.595	1.631.218.653	974.273.372	1.812.176.161	1.673.408.466	980.823.710	100,7

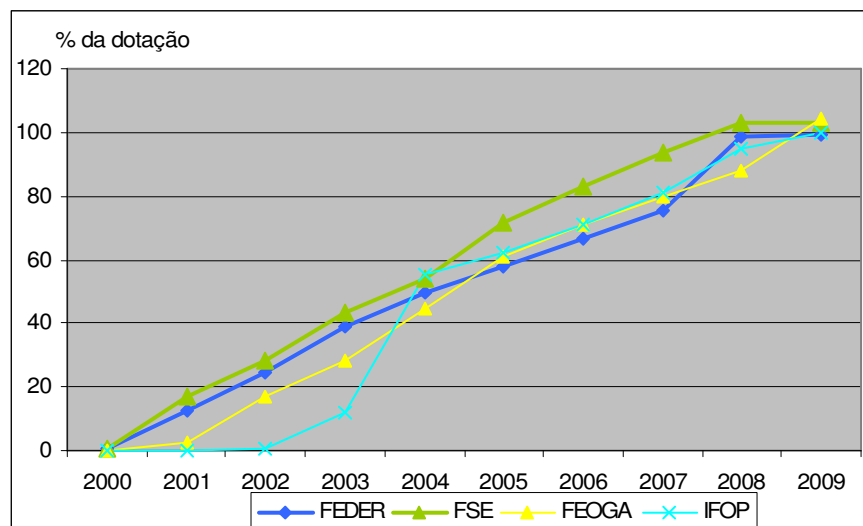
A evolução da execução do Eixo III, constante do quadro e gráfico seguintes permite-nos concluir que as medidas com intervenção do FSE são as que mais rapidamente conseguiram absorver a sua dotação, no final de 2007, já tinham absorvido 94% da sua dotação. Em 2008, para além de se ter conseguido utilizar as verbas disponíveis no Eixo, foi possível absorver as dotações não utilizadas no Eixo I e II e constituir um “*overbooking*” de execução no Programa, para colmatar eventuais quebras na fase de encerramento.

As medidas com intervenção do FEDER, passaram de uma taxa de execução no final de 2007, de 75% para os 99,1% da sua dotação. Esta recuperação ficou a dever-se ao esforço de



aprovação de projectos em “*overbooking*” durante o ano de 2008 e à validação de despesa que, embora executada em anos anteriores, só veio a ser validada posteriormente.

### Eixo III- Evolução da execução em cada um dos fundos – situação a 30-06-2009



A medida IFOP passou de uma taxa de execução de 81%, em finais de 2007, para os 99,9%. A não absorção total deste fundo (988 euros) deveu-se a uma pequena quebra, resultante dum processo de auditoria do controlo de 1º nível.

No caso do FEOGA é de realçar a quebra ocorrida no período 2006 e 2007, o que levou, aliás, ao não cumprimento da regra  $n+2$  nesses anos. Em 2008 e 2009, com o esforço de aprovações de projectos da iniciativa dos municípios conseguiu-se ultrapassar a dotação final do FEOGA neste Eixo e absorver a dotação não utilizada no Eixo II.

As medidas com registo de execução em 2009, para além da 3.14, são as seguintes:

Medida 3.3, cuja despesa do contrato-programa com o IEFP, foi de facto efectuada em 2008, mas validada posteriormente só tendo sido possível registá-la em Sistema de Informação do FSE em 2009.

Medida 3.11 – Economia, com despesa de um projectos PITER, executada pelo destinatário da ajuda em 2008 e paga pelo organismo intermédio, Fundo de Turismo, em 2009.

Medida 3.16 – Pescas, IFOP, com despesa executada pelos destinatários da ajuda em 2008 e paga pelo organismo intermédio, IFAP, em 2009.

Os valores negativos registados nas medidas 3.2, 3.8 e 3.13 resultam da anulação de despesas consideradas irregulares na sequências da conclusão de processos de auditoria.



Nestas circunstâncias iremos desenvolver, somente, os resultados e a execução da Medida  
3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural.

**Quadro 2.15 Eixo III Síntese da execução por Medida, situação a 30-06-2009**

Unidade: euros

Medidas	Fundo Programado	Execução a 30-06-2009				Taxa de Execução Fundo (31-12-2008) %	Taxa de Execução Fundo (ano 2009) %
		Custo Total	Despesa Pública	Fundo	Taxa Execução (Fundo) %		
<b>EIXO 3</b>	<b>974.273.372</b>	<b>1.812.176.161</b>	<b>1.673.408.466</b>	<b>980.823.710</b>	<b>100,7</b>	<b>97,9</b>	<b>2,786</b>
3.1 -Educação- FEDER	81.567.997	115.596.453	115.596.453	84.653.136	103,8	103,8	0,000
3.2 - Educação - Ensino profissional	66.127.063	117.793.669	113.595.901	65.317.643	98,8	98,8	-0,002
3.3 -Emprego	118.161.867	233.366.788	202.276.404	126.422.405	107,0	106,4	0,625
3.4 - Apoio ao Investimento	11.233.225	52.486.851	19.317.828	11.590.697	103,2	103,2	0,000
3.5 -Ciência, Tecnologia e Inovação	9.692.636	13.751.734	13.751.734	8.260.994	85,2	85,2	0,000
3.6 - Sociedade da Informação (FEDER)	22.783.000	36.265.325	36.265.325	25.396.980	111,5	111,5	0,000
3.7 - S. da Informação (FSE)	2.676.000	3.314.932	2.510.229	1.640.685	61,3	61,3	0,000
3.8 -Saúde	61.417.000	78.120.137	78.120.137	58.317.597	95,0	95,0	-0,009
3.9 - Cultura	7.411.192	10.621.727	10.621.727	7.679.184	103,6	103,6	0,000
3.10 - Desporto	35.749.998	100.345.824	100.345.824	35.572.359	99,5	99,5	0,000
3.11 - Economia	117.286.337	252.526.882	247.270.155	110.235.910	94,0	93,0	0,948
3.12 - Acessibilidades e Transportes	216.944.990	415.373.691	415.373.691	217.979.317	100,5	100,5	0,000
3.13 - Ambiente	40.909.351	55.455.571	55.455.571	39.788.826	97,3	97,5	-0,278
3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	155.156.157	291.963.944	227.924.218	162.020.601	104,4	88,1	16,327
3.15 - Pescas- FEDER	9.077.473	13.213.263	13.213.263	9.909.947	109,2	109,2	0,000
3.16 - Pescas:IFOP	1.537.000	2.294.053	2.084.688	1.536.012	99,9	94,6	5,323
3.17 - Assistência Técnica FEDER	10.679.878	12.661.827	12.661.827	9.496.370	88,9	88,9	0,000
3.18- Assistência Técnica FSE	2.237.208	3.070.669	3.070.669	2.040.428	91,2	91,2	0,000
3.19 - Assistência Técnica FEOGA	3.625.000	3.952.823	3.952.823	2.964.617	81,8	81,8	0,000

### 2.2.5. Eixo III, Medida III.14- Agricultura e Desenvolvimento Rural

Das candidaturas aprovadas e homologadas até Junho de 2009, 619 não concorrem para a execução por motivo de desistência, não assinatura de contrato ou não execução no período de elegibilidade, pelo que no final do programa são os 10.257 projectos da medida que contribuem para alcançar uma execução de 104.4% de fundo programado para a medida.



Apesar deste nível de execução nos anos de 2006 e 2007 a baixa execução aliada ao deficit de execução dos primeiros anos, levou ao não cumprimento dos objectivos mínimos para o cumprimento da regra n+2 do PO neste Fundo em dois anos consecutivos.

Tal como referido em Relatórios de anos anteriores a baixa execução deve-se a vários factores, dos quais se destacam as medidas adoptadas, a nível nacional, relativas à aprovação de projectos, designadamente com a suspensão da possibilidade de apresentação de candidaturas, no ano de 2006.

Por outro lado os executores e a tipologia de projectos da medida não facilita a execução, já que o avanço dos projectos está muito dependente do pagamento das ajudas, com alguma falta de regularidade, especialmente no final de 2006 e início de 2007.

**Quadro 2. 16 Medida III.14 Programação e execução, situação a 30-06-2009**

Unidade: Euros

	Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
	C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2008	304.833.145	210.961.901	155.156.157	257.532.336	193.742.482	136.688.030	88,1
2009				34.431.608	34.181.736	25.332.570	
<b>2000-2009</b>	<b>304.833.145</b>	<b>210.961.901</b>	<b>155.156.157</b>	<b>291.963.944</b>	<b>227.924.218</b>	<b>162.020.601</b>	<b>104,4</b>

A recuperação ocorrida no final do período, em especial durante o ano de 2009, só foi possível com a aprovação de um significativo volume de projectos no 2º semestre de 2008 e 1º semestre de 2009.

De facto, após um período em que as aprovações foram diminutas, ano de 2007 e primeiro semestre de 2008, pelo facto da Portaria n.º 1390/2006 de 12 de Dezembro ter suspenso a admissão de novas candidaturas às Acções da Medida AGRIS do QCA III, foi possível admitir novas candidaturas com a publicação da Portaria n.º 714/2008, de 31 de Julho, e Portaria n.º 254-A/2009, de 10 de Março, dos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e do da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

Com esta abertura, e com a flexibilidade de execução entre Eixos de 10%, foi possível absorver as verbas não utilizadas na Medida 2.7.



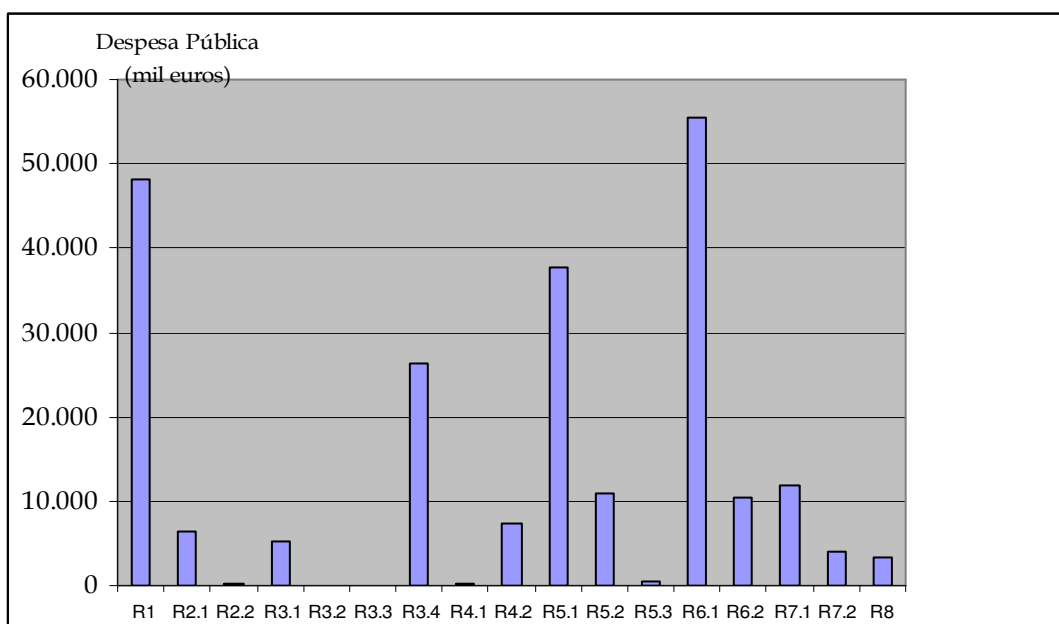
**Medida 3.14 - Análise por acção e subacção**

No quadro seguinte é apresentada a execução por acção, sendo de salientar o peso da Acção 1, de apoio à pequena agricultura, com 21% da execução FEOGA e 78% do nº de projectos, seguida das acções dirigidas à melhoria das infra-estruturas agrícolas, regadios e caminhos agrícolas e rurais, e à floresta, na sua componente de prevenção de riscos.

**Quadro 2.17 Medida III.14 - Execução total por linha de acção, situação a 30-06-2009**

Unidade: Euros

Acção	Nº de projectos	Custo Total	Despesa Pública	FEOGA	% FEOGA
R1 Diversificação na pequena agricultura	7.975	97.563.567	48.125.167	33.817.805	21
R2.1 Criação e modernização de unidades produtivas	82	12.841.736	6.420.838	4.494.587	3
R2.2- Incentivos a produtos de qualidade	9	325.331	220.873	165.655	0
R3.1 Instalação de organizações de produtores florestais	33	6.522.834	5.221.076	3.915.808	2
R3.2 Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais	4	93.357	46.678	32.675	0
R3.3-Apoio à prestação de serviços florestais	2	49.692	34.742	26.057	0
R3.4- Prevenção riscos prov. agentes bióticos e abióticos	100	27.313.578	26.313.244	16.045.816	10
R4.1- Instalação de serviços de substituição e de gestão das explorações agrícolas	4	407.848	244.270	183.202	0
R4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura	60	9.827.826	7.305.064	5.479.139	3
R5.1 Novos regadios colectivos e beneficiação de regadios tradicionais	147	37.637.556	37.637.556	28.228.168	17
R5.2 Reabilitação e modernização dos perímetros de rega	16	10.868.416	10.868.416	8.151.031	5
R5.3- Emparcelamento rural	3	358.968	358.968	269.226	0
R6.1 Caminhos agrícolas e rurais	587	55.355.943	55.355.943	41.519.823	26
R6.2 Electrificação	613	10.536.479	10.536.479	5.268.237	3
R7.1 Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural	389	13.439.571	11.781.990	8.836.493	5
R7.2 Conservação do ambiente e dos recursos naturais	190	5.488.231	4.119.902	3.087.121	2
R8- Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural	43	3.333.010	3.333.010	2.499.758	2
<b>TOTAL</b>	<b>10 257</b>	<b>291.963.944</b>	<b>227.924.218</b>	<b>162.020.601</b>	<b>100</b>



Segue-se uma análise sumária de cada uma das acções. É de referir que os valores que se apresentam como valores programados em cada acção correspondem aos valores de ajuda previstos nos indicadores de acompanhamento do Complemento de Programação.

### Acção 1. Diversificação na pequena agricultura

Nesta Acção os projectos representam 78% do total de candidaturas da Medida, embora a Despesa Pública executada a 30-06-2009 tenha um peso significativamente inferior, o que reflecte naturalmente a natureza deste tipo de projectos e dos montantes envolvidos.

#### Quadro 2.18 Medida 3.14 - Linha de Acção 1, execução a 30-06-2009

Unidade: euros

	Execução			% Exc.
	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2008	97.476.602	48.082.252	33.787.669	99,9
2009	86.965	42.916	30.136	0,1
<b>2000-2009</b>	<b>97.563.567</b>	<b>48.125.167</b>	<b>33.817.805</b>	<b>100</b>

A execução está centrada no primeiro período de programação, tendo o ano de 2009 concorrido para uma execução de 0,1% do executado até final do programa.

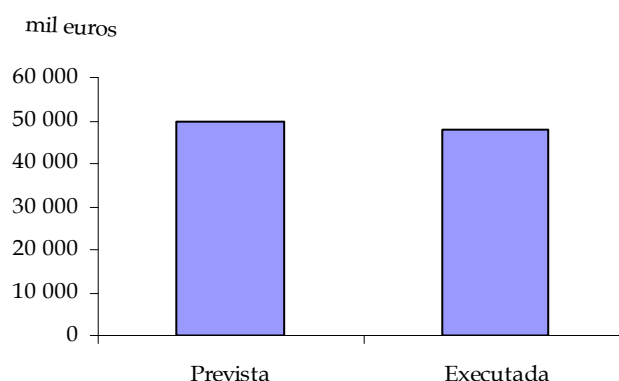
Ao valor total FEOGA executado, 33.817.805 euros, haverá que efectuar uma correcção de 628.952 euros, correspondente a 2% de 31.447.600,19 euros. Esta correcção forfetária sobre as despesas declaradas para a Acção 1.1, até 15-03-2007, é aplicada na sequência do inquérito relativo aos sistemas de gestão e controlo das Acções 1 e 5 da Medida 3.14, por parte da DG AGRI. Na negociação com a Comissão Europeia, na reunião de 1 de Julho de 2008, concluiu-se que a verificação dos controlos para garantir o cumprimento das normas mínimas de ambiente, higiene e bem-estar animal, apesar de efectuada, não se encontrava suficientemente documentada.



**Quadro 2.19 Medida III.14 – Linha de Acção1, Indicadores de realização a 30-06-2009**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2009
			2000-2008	2000-2009		
Diversificação na pequena agricultura (R1)	Projectos aprovados de diversificação de actividades na exploração agrícola	n.º	0	0	75	0,0
	Projectos aprovados de incentivo às actividades turísticas e artesanais	n.º	0	0	15	0,0
	Projectos aprovados de apoio à pequena agricultura	n.º	7.975	7.975	8.475	94,1
	Ajudas públicas	Mil Euro	48.082	48.125	50.000	96,3

A programação financeira desta Acção para 2000-2008 prevê um orçamento de despesa pública de cerca de 50 milhões de euros, tendo sido executada uma despesa de 48,12 milhões de euros, o que se traduz numa taxa de execução de 96,3%.

**Medida III.14 – Linha de acção R1, despesa pública prevista e executada (30-06-2009)**

Esta Acção está orientada para o apoio às explorações de pequena ou muito pequena dimensão, onde predomina o trabalho familiar e cuja actividade na exploração contribui para uma parcela importante do rendimento familiar. Estas explorações, para além da importância no acréscimo do rendimento dos agregados familiares, desempenham um papel social e de preservação ambiental dos espaços rurais relevantes. É neste contexto que se realça o volume de projectos apoiados pela Acção 1 (94% do total previsto no programa).

**Acção 2. Desenvolvimento dos produtos de qualidade**

A execução está centrada no primeiro período de programação, e atingiu uma execução próxima da prevista 97,2% da despesa pública programada.



**Quadro 2.20 Medida 3.14 - Linha de Acção 2, execução a 30-06-2009**

Unidade: euros

Linha de Acção		Execução			% Exc.
		C. Total	D. Pública	Fundo	
<b>R2.1</b>	2000-2008	12.834.590	6.417.265	4.492.085	99,9
	2009	7.146,81	3.573,40	2.501,38	0,1
	<b>2000-2009</b>	<b>12.841.736</b>	<b>6.420.838</b>	<b>4.494.587</b>	<b>100,0</b>
<b>R2.2</b>	2000-2008	325.331	220.873	165.655	100,0
	2009	0,00	0,00	0,00	0,0
	<b>2000-2009</b>	<b>325.331</b>	<b>220.873</b>	<b>165.655</b>	<b>100,0</b>
<b>R2</b>	2000-2008	13.159.920	6.638.138	4.657.740	99,9
	2009	7.146,81	3.573,40	2.501,38	0,1
	<b>2000-2009</b>	<b>13.167.067</b>	<b>6.641.711</b>	<b>4.660.241</b>	<b>100,0</b>

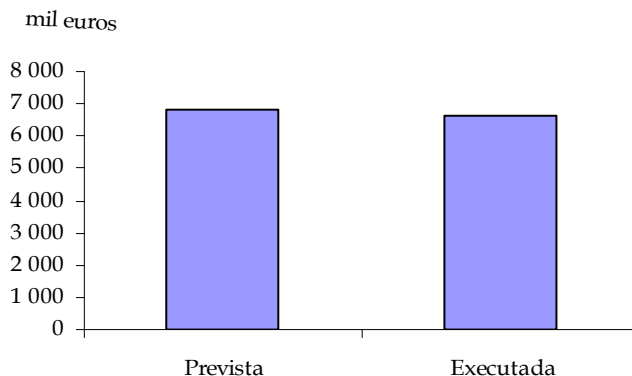
Na acção 2 foram apoiados 91 projectos, dos quais 82 na sub-acção 2.1 com o apoio a unidades agro-industriais de produtos com modos particulares de produção - DOP (Denominação de Origem Protegida), IGP (Indicação Geográfica Protegida), AB (Modo de Produção Biológica), com incidência no sector do leite/queijo de pequenos ruminantes e do azeite. No que diz respeito à sub-acção 2.2. os 9 projectos aprovados, da Beira Litoral, incidem em produtos como o queijo, frutas, azeite e pequenos ruminantes.

**Quadro 2.21 Medida III.14 - Linha de Acção 2, Indicadores de realização a 30-06-2009**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2009
			2000-2008	2000-2009		
Desenvolvimento dos produtos tradicionais regionais (R2)	Projectos de criação e mod. de pequenas unidades artesanais (R2)	n.º	0	0	10	0,0
	Ajudas públicas	Mil Euro	6.638	6.642	6.827	97,3
	Projectos para criação e modernização de unidades produtivas aprovados (R2)	n.º	82	82	75	109,3
	Projectos de incentivos a produtos de qualidade aprovados (R2)	n.º	9	9	8	112,5





**Medida III.14 - Linha de acção R2, despesa pública prevista e executada (30-06-2009)****Ação 3. Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas**

Nesta acção a maior incidência diz respeito à sub-acção 3.4- Prevenção riscos provocados por agentes bióticos e abióticos (83% do total da despesa pública executada na acção), não se registando aprovações na sub - acção 3.5. - Valorização e conservação de espaços florestais de interesse público.

O ano de 2009 concorreu com 6,0% do total FEOGA executado até final do Programa.

**Quadro 2.22 Medida 3.14 - Linha de Acção 3, execução a 30-06-2009**

Unidade: euros

Linha de Acção		Execução			% Exc.
		C. Total	D. Pública	Fundo	
R3.1	2000-2008	6.446.320	5.182.080	3.886.561	99,3
	2009	76.514	38.996	29.247	0,7
	2000-2009	6.522.834	5.221.076	3.915.808	100,0
R3.2	2000-2008	93.357	46.678	32.675	100,0
	2009	0	0	0	0,0
	2000-2009	93.357	46.678	32.675	100,0
R3.3	2000-2008	49.692	34.742	26.057	100,0
	2009	0	0	0	0,0
	2000-2009	49.692	34.742	26.057	100,0
R3.4	2000-2008	25.337.801	24.376.601	14.864.724	92,6
	2009	1.975.776	1.936.643	1.181.092	7,4
	2000-2009	27.313.578	26.313.244	16.045.816	100,0
R3	2000-2008	31.927.171	29.640.102	18.810.016	94,0
	2009	2.052.290	1.975.638	1.210.339	6,0
	2000-2009	33.979.461	31.615.741	20.020.355	100,0



A execução desta Acção, centrada no último período de elegibilidade das despesas, foi condicionada por diversos aspectos:

A complexidade formal das três primeiras sub-acções, tendo como objectivos, entre outros, a criação de novas dinâmicas de organizações de produtores florestais, locais e regionais, o apoio à prestação de serviços florestais e à capacidade técnica de intervenção no sector. De qualquer modo, a execução da primeira sub-acção - instalação de organizações de produtores florestais -, está de acordo com a programação inicial, o mesmo não se verificando nas restantes sub-acções, quer pela inovação na sua formulação, quer sobretudo pela dificuldade de enquadramento dos beneficiários e despesas elegíveis.

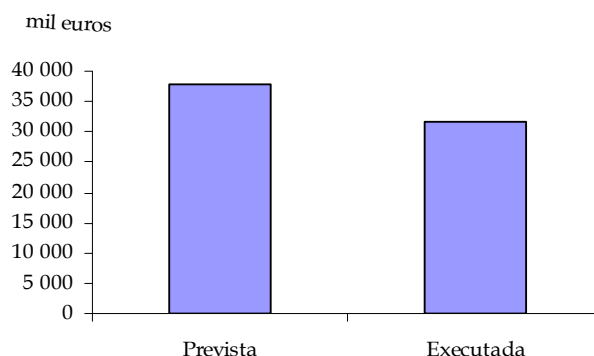
Na sub-acção 3.4, o atraso no início da implementação desta sub-acção devido à dificuldade de enquadrar os proprietários florestais dos territórios alvo - os primeiros projectos só foram aprovados em 2004 -, a programação plurianual dos investimentos (a maioria distribuída por 5 anos), o elevado número de rubricas de investimento, a dificuldade na adjudicação dos trabalhos em tempo útil, por parte das entidades públicas e a ocorrência de um número significativo de incêndios, tem obrigado a reprogramações sucessivas e ao adiamento das intervenções previstas em cada ano.

**Quadro 2.23 Medida III.14 - Linha de acção 3, Indicadores de realização a 30-06-2009**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2009
			2000-2008	2000-2009		
Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas (R3)	Área florestal de interesse público coberta por projecto de valorização e conservação	ha	0	0	0	0,0
	Projectos de valorização e conservação dos espaços florestais aprovados	n.º	0	0	0	0,0
	Entidades prestadoras de serviços florestais instaladas	n.º	4	4	4	100,0
	Projectos de apoio à prestação de serviços florestais aprovados	n.º	2	2	2	100,0
	Organizações de produtores florestais constituídas	n.º	33	33	38	86,8
	Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos bióticos	ha	0	0	25.000	0,0
	Área florestal coberta por planos de prevenção contra riscos abióticos	ha	368.282	368.282	350.000	105,2
	Projectos de apoio à prevenção de riscos bióticos aprovados	n.º	0	0	8	0,0
	Projectos de apoio à prevenção de riscos abióticos aprovados	n.º	100	100	101	99,0
	Ajudas públicas	Mil Euro	29.640	31.616	37.824	83,6

Nesta Acção os 139 projectos concorreram com uma despesa pública executada correspondente a 84% do previsto.



**Medida III.14 - Linha de acção R3, despesa pública prevista e executada (30-06-2009)**

De salientar o número de projectos da Acção 3 relativos à constituição de organizações de produtores florestais e à prevenção de riscos bióticos e abióticos. Estes 100 projectos, abrangeram uma superfície florestal de 368.282 hectares, cerca de 55% da área florestal da região centro, excluindo a área do Pinhal Interior, que nesta tipologia de projectos é apoiada no âmbito da AIBT do Pinhal Interior.

**Acção 4. Serviços à agricultura**

A maioria dos projectos apoiados dizem respeito à sub-acção 4.2- Desenvolvimento de outros serviços à agricultura (97% da ajuda). Esta Acção tem como objectivos básicos o apoio à prestação de serviços agrícolas não directamente ligados ao processo produtivo através das organizações de produtores. A subacção relativa ao melhoramento das raças autóctones (Ovelha Merino da Beira Baixa, Ovelha Mondegueira, Ovelha Bordaleira Serra de Estrela, Raça Bovina Marinhoa, Cabra Charnequeira ) e da Raça Bovina Frísia, pelas suas características (programas anuais e despesas elegíveis padronizadas) teve uma execução mais rápida.

Na acção de Apoio à Prestação de Serviços Agrícolas a execução foi bastante baixa. A tipologia de oferta de serviços constante do convite público dirige-se para um nível organizacional das estruturas do associativismo agrícola que, de um modo geral, se encontra ainda algo distante da nossa realidade. Com efeito a procura por parte das estruturas associativas é claramente dirigida para a prestação de serviços aos seus associados, que de algum modo envolvem o processo produtivo, o que é condicionado pela própria regulamentação comunitária.



No ano de 2009, a execução de valor negativo corresponde a anulação de despesa e recuperações efectuadas nesse ano.

### Quadro 2.24 Medida 3.14 - Linha de Acção 4, execução a 30-06-2009

Unidade: euros

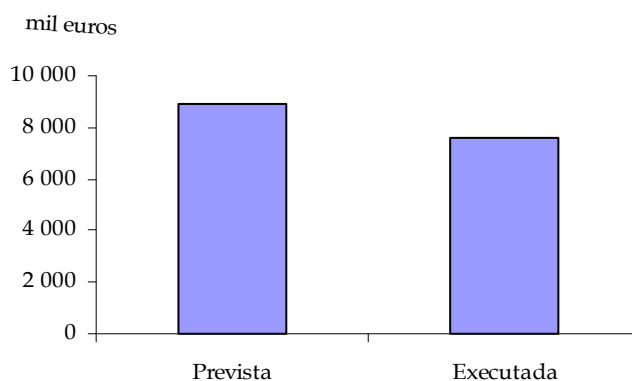
Linha de Acção		Execução			% Exc.
		C. Total	D. Pública	Fundo	
R4.1	2000-2008	407.848	244.270	183.202	100,0
	2009	0	0	0	0,0
	<b>2000-2009</b>	<b>407.848</b>	<b>244.270</b>	<b>183.202</b>	<b>100,0</b>
R4.2	2000-2008	9.852.731	7.324.417	5.493.313	100,3
	2009	-24.905	-19.352	-14.173	-0,3
	<b>2000-2009</b>	<b>9.827.826</b>	<b>7.305.064</b>	<b>5.479.139</b>	<b>100,0</b>
R4	2000-2008	10.260.579	7.568.686	5.676.515	100,3
	2009	-24.905	-19.352	-14.173	-0,3
	<b>2000-2009</b>	<b>10.235.674</b>	<b>7.549.334</b>	<b>5.662.342</b>	<b>100,0</b>

Os 64 projectos desta linha de acção registaram uma execução de 7,55 milhões de euros de despesa pública, o que representa 85% do previsto.

### Quadro 2.25 Medida III.14 - Linha de acção 4, Indicadores de realização a 30-06-2009

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2009
			2000-2008	2000-2009		
Serviços à agricultura (R4)	Projectos de instalação de serviços de substituição e gestão aprovados	n.º	4	4	4	100,0
	Ajudas públicas	Mil Euro	7.569	7.549	8.900	84,8
	Projectos de desenvolvimento de outros serviços à agricultura aprovados	n.º	60	60	40	150,0

### Medida III.14 - Linha de acção R4, despesa pública prevista e executada (30-06-2009)



**Ação 5. Gestão dos recursos hídricos e emparcelamento**

Os 166 projectos apoiados no final do programa envolvem um montante de investimento elegível realizado da ordem dos 49 milhões de euros.

Como se trata de investimentos de alguma dimensão física e financeira (caso dos novos regadios colectivos e dos perímetros de rega), com uma execução plurianual, sujeitos a regras muito estritas, incluindo estudos de impacte ambiental, e a concursos públicos, a sua execução arrasta-se normalmente pelo período do Quadro Comunitário.

O valor negativo imputado ao ano de 2009, relaciona-se com a anulação de despesa relativa a revisões de preços de trabalhos executados no período do QCA II.

**Quadro 2.26 Medida 3.14 - Linha de Ação 5, execução a 30-06-2009**

Unidade: euros

Linha de Ação		Execução			% Exc.
		C. Total	D. Pública	Fundo	
R5.1	2000-2008	39.574.152	39.574.152	29.680.614	105,1
	2009	-1.936.596	-1.936.596	-1.452.447	-5,1
	2000-2009	37.637.556	37.637.556	28.228.168	100,0
R5.2	2000-2008	10.917.979	10.917.979	8.164.089	100,2
	2009	-49.563	-49.563	-13.058	-0,2
	2000-2009	10.868.416	10.868.416	8.151.031	100,0
R5.3	2000-2008	254.446	254.446	190.834	70,9
	2009	104.522	104.522	78.391	29,1
	2000-2009	358.968	358.968	269.226	100,0
R5	2000-2008	50.746.576	50.746.576	38.035.537	103,8
	2009	-1.881.637	-1.881.637	-1.387.113	-3,8
	2000-2009	48.864.939	48.864.939	36.648.424	100,0

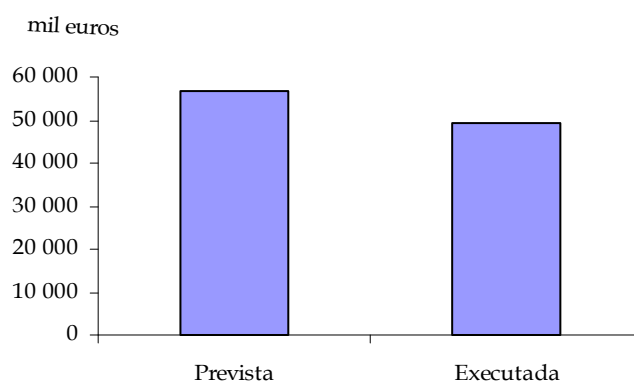
Os projectos apoiados beneficiaram 20.273 agricultores e 24.036 hectares de explorações agrícola.

A execução ficou pelos 86% da ajuda prevista.



**Quadro 2.27 Medida III.14 - Linha de acção 5, Indicadores de realização a 30-06-2009**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2009
			2000-2008	2000-2009		
Gestão de recursos hídricos e emparcelamento (R5)	Área beneficiada por projectos de emparcelamento	ha	771	771	2.500	30,8
	Projectos de emparcelamento aprovados	n.º	3	3	5	60,0
	Projectos de reabilitação e modernização de perímetros de rega aprovados	n.º	14	16	22	72,7
	Agricultores abrangidos por projectos de emparcelamento	n.º	1.846	1.846	2.200	83,9
	Rede de rega nova ou reabilitada nos perímetros de rega	km	33	33	30	109,3
	Projectos relativos a novos regadios colectivos e a regadios tradicionais aprovados	n.º	147	147	142	103,5
	Ajudas públicas	Mil Euro	50.747	48.865	56.800	86,0
	Rede de rega criada ou beneficiada no âmbito dos projectos de regadios colectivos e tradicionais	km	365	365	410	89,0
	Agricultores abrangidos pelos projectos relativos a regadios colectivos e tradicionais	n.º	12.142	12.142	8.700	139,6
	Área beneficiada pelos projectos de regadios colectivos e tradicionais	ha	6.924	6.924	4.800	144,2
	Agricultores abrangidos pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	n.º	6.065	6.065	5.360	113,2
	Área beneficiada pelos projectos de reabilitação e modernização dos perímetros de rega	ha	16.341	16.341	14.000	116,7

**Medida III.14 - Linha de acção R5, despesa pública prevista e executada (30-06-2009)****Acção 6. Caminhos e electrificação agrícola**

Esta Acção obteve elevados níveis de realização, tendo o ano de 2009, concorrido com 52,2% do total FEOGA executado até final do Programa nesta Acção.



**Quadro 2.28 Medida 3.14 - Linha de Acção 6, execução a 30-06-2009**

Unidade: euros

Linha de Acção		Execução			% Exc.
		C. Total	D. Pública	Fundo	
R6.1	2000-2008	22.892.022	22.892.022	17.183.111	41,4
	2009	32.463.921	32.463.921	24.336.711	58,6
	2000-2009	55.355.943	55.355.943	41.519.823	100,0
R6.2	2000-2008	10.363.125	10.363.125	5.181.560	98,4
	2009	173.354	173.354	86.677	1,6
	2000-2009	10.536.479	10.536.479	5.268.237	100,0
R6	2000-2008	33.255.147	33.255.147	22.364.671	47,8
	2009	32.637.275	32.637.275	24.423.389	52,2
	2000-2009	65.892.422	65.892.422	46.788.060	100,0

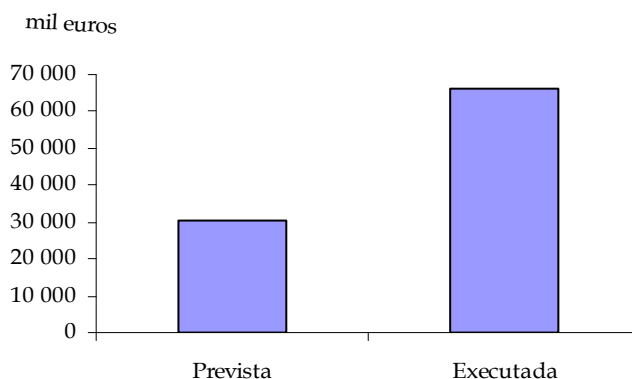
No caso dos caminhos agrícolas e rurais, a natureza dos promotores (essencialmente autarquias locais) aumentam fortemente a procura deste tipo de apoios.

Tal como referido anteriormente, com a abertura de candidaturas a partir de Julho de 2008, para este tipo de projectos, as autarquias mobilizaram-se no sentido de colmatar as falhas existentes nas acessibilidades rurais e absorver as dotações FEOGA ainda disponíveis.

**Quadro 2.29 Medida III.14 - Linha de acção 6, Indicadores de realização a 30-06-2009**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2009
			2000-2008	2000-2009		
Caminhos e electrificação agro-rurais (R6)	Ajudas públicas	Mil Euro	33.255	65.892	30.602	215,3
	Explorações agrícolas e unidades agro-industriais beneficiadas	n.º	1.682	1.682	4.500	37,4
	Linhas de média tensão instaladas	km	309	309	700	44,1
	Linhas de baixa tensão instaladas	km	396	396	600	66,0
	Rede viária nova ou beneficiada	km	815	1.067	810	131,7
	Projectos de electrificação aprovados	n.º	612	613	599	102,3
	Projectos de caminhos agrícolas e rurais aprovados	n.º	407	587	178	329,8
	Explorações agrícolas beneficiadas pelos projectos de caminhos agrícolas e rurais	n.º	20.106	28.073	8.600	326,4



**Medida III.14 - Linha de acção R6, despesa pública prevista e executada (30-06-2009)**

Nesta acção relativa a caminhos e à electrificação das explorações agro-florestais, os caminhos agrícolas e rurais registaram uma execução muito para além das metas previstas. De facto foram apoiados 587 projectos de caminhos agrícolas e rurais, com uma extensão de 1.067 Km, beneficiando 28.073 explorações agrícolas. A despesa pública executada no final do programa atingiu, para as duas sub-acções, 215% do valor previsto.

**Acção 7. Valorização do ambiente e do património rural**

Os 579 registaram cerca de 11,9 milhões de euros de fundo executado tendo o ano de 2009 concorrido com 8% do total executado até final do programa, em projectos da subacção 7.1. - Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural.

**Quadro 2.30 Medida 3.14 - Linha de Acção 7, execução a 30-06-2009**

Unidade: euros

Linha de Acção		Execução			% Exc.
		C. Total	D. Pública	Fundo	
R7.1	2000-2008	11.984.943	10.458.512	7.843.885	88,7
	2009	1.454.628	1.323.478	992.609	11,2
	2000-2009	13.452.357	11.791.579	8.843.685	100,0
R7.2	2000-2008	5.488.231	4.119.902	3.087.121	100,0
	2009	0	0	0	0,0
	2000-2009	5.488.231	4.119.902	3.087.121	100,0
R7	2000-2008	17.473.174	14.578.414	10.931.006	91,7
	2009	1.454.628	1.323.478	992.609	8,3
	2000-2009	18.927.802	15.901.892	11.923.615	100,0





Nesta acção foram apoiados 579 projectos, 389 relativos à subacção 7.1. - Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural, e 190 à subacção 7.2. - Conservação do ambiente e dos recursos naturais, no primeiro caso acima do previsto e no segundo, abaixo da meta estabelecida.

**Quadro 2.31 Medida III.14 - Linha de acção 7, Indicadores de realização a 30-06-2009**

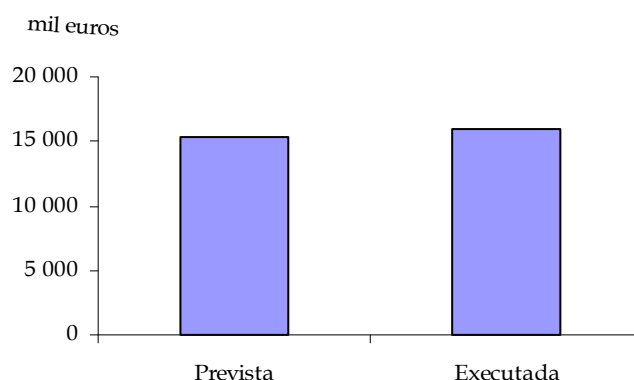
Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2009
			2000-2008	2000-2009		
Valorização do ambiente e do património rural (R7)	Projectos de conservação do ambiente e dos recursos naturais aprovados	n.º	190	190	269	70,6
	Ajudas públicas	Mil Euro	14.578	15.902	15.301	103,9
	Projectos de recuperação e valorização do património, da paisagem e de núcleos rurais aprovados	n.º	389	389	339	114,7

A Subacção 7.1. teve uma elevada procura, quer porque os beneficiários eram essencialmente autarquias locais ou Associações de Desenvolvimento Local, quer porque a consideraram um complemento de outros meios de financiamento, nomeadamente o Programa LEADER +. A tipologia das intervenções e o facto do processo de implementação desta subacção estar associado à apresentação de um Plano de Intervenção para posterior enquadramento dos projectos, contribui para reforçar as dinâmicas ao nível dos territórios rurais e promover uma maior coerência e articulação com outras iniciativas, como as referidas anteriormente.

No caso da Sub-acção 7.2. - Conservação do ambiente e dos recursos naturais, os investimentos apoiados tiveram um impacto significativo no processo de licenciamento dos lagares.

A despesa pública executado no final do programa corresponde a 104% do valor previsto para o período 2000-2006.



**Medida III.14 - Linha de acção R7, despesa pública prevista e executada (30-06-2009)****Ação 8. Acções integradas de dinamização agrícola e rural**

Nesta Acção os 43 projectos apoiados contribuíram com 3,3 milhões de euros de despesa pública executada, correspondente a 70,8% do valor previsto. O ano de 2009 contribuiu com 3% do FEOGA executado nesta acção.

**Quadro 2.32 Medida 3.14 - Linha de Acção 8, execução a 30-06-2009**

Unidade: euros

Linha de Acção	Execução			% Exc.
	C. Total	D. Pública	Fundo	
2000-2008	3.233.166	3.233.166	2.424.875	97,0
<b>R8</b> 2009	99.844	99.844	74.883	3,0
<b>2000-2009</b>	<b>3.333.010</b>	<b>3.333.010</b>	<b>2.499.758</b>	<b>100,0</b>

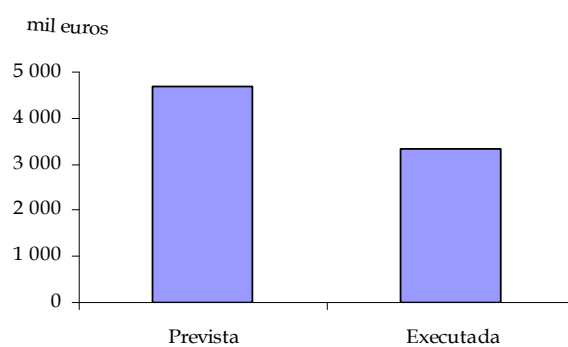
O facto dos projectos aprovados nesta acção terem iniciado apenas em 2004 e 2005 limitou o seu grau de execução.

**Quadro 2.33 Medida III.14 - Linha de acção 8, Indicadores de realização a 30-06-2009**

Linha de Acção	Indicador de Acompanhamento	Unidade	Realização		Meta Programada	Grau de Aproximação à Meta (%) 2009
			2000-2008	2000-2009		
Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural (R8)	Ajudas públicas	Mil Euro	3.233	3.333	4.708	70,8
	Projectos aprovados (R8)	n.º	43	43	52	82,7



**Medida III.14 - Linha de ação R8, despesa pública prevista e executada (30-06-2009)**



### 3. Execução Financeira do Programa Operacional

#### 3.1. Execução do Plano de Financiamento

A dotação final do programa, conforme Decisão N° C(2009) 1116 de 18/2/2009, é de 1.775,8 milhões de euros de fundo e encontra-se distribuída por Fundo de acordo com o quadro seguinte.

No seu conjunto, atingiu-se no final do Programa uma taxa de execução em termos de custo total, despesa pública e de Fundos, de 103,2%, 103,6% e 100,4%, respectivamente.

A despesa do ano de 2009, no valor de 21,7 milhões de euros de Fundo, incide na componente FEOGA, com 26,1 milhões de euros.

Nos restantes fundos a execução por parte dos beneficiários/destinatários das ajudas foi efectuada até final de 2008. A despesa imputada aos anos de 2009, nesses três Fundos (FEDER, FSE e EFOP) relaciona-se com o pagamento de ajudas efectuado em 2009 e questões de limitação de registo em sistemas de informação. A despesa negativa registada em 2009 diz respeito a desistências de projectos aprovados no âmbito do FEDER e a correcções financeiras decorrentes de acções de controlo ou de acções de acompanhamento por parte da gestão.

**Quadro 3.1 PO Centro - Programação e execução por Fundo - situação a 30-06-2009**

Unidade: euros

Fundo		Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
		C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
FEDER	2000-2008	2.177.048.196	2.152.203.526	1.362.255.367	2.284.263.243	2.245.767.930	1.371.813.162	100,7
	2009				-6.111.702	-8.396.528	-4.976.959	
	2000-2009	2.177.048.196	2.152.203.526	1.362.255.367	2.278.151.541	2.237.371.402	1.366.836.204	100,3
FSE	2000-2008	382.571.629	363.122.350	227.911.705	402.516.989	366.253.920	229.169.143	100,6
	2009				921.014	919.446	542.141	
	2000-2009	382.571.629	363.122.350	227.911.705	403.438.004	367.173.365	229.711.284	100,8
FEOGA	2000-2008	360.100.607	253.276.134	184.121.094	296.604.254	227.144.420	159.126.417	86,4
	2009				35.507.358	35.286.771	26.006.687	
	2000-2009	360.100.607	253.276.134	184.121.094	332.111.612	262.431.191	185.133.104	100,5
IFOP	2000-2008	2.198.350	2.049.320	1.537.000	2.130.430	1.921.064	1.454.200	94,6
	2009				163.624	163.624	81.812	
	2000-2009	2.198.350	2.049.320	1.537.000	2.294.053	2.084.688	1.536.012	99,9
Total PO	2000-2008	2.921.918.782	2.770.651.330	1.775.825.166	2.985.514.916	2.841.087.334	1.761.562.922	99,2
	2009				30.480.294	27.973.312	21.653.681	
	2000-2009	2.921.918.782	2.770.651.330	1.775.825.166	3.015.995.210	2.869.060.647	1.783.216.603	100,4



O grau de absorção de cada um dos fundos, com excepção do IFOP, com praticamente 100% da sua dotação executada, é idêntico. De facto, nos outros três fundos, FEDER, FSE e FEOGA, foi possível constituir um “*overbooking*” de execução, para colmatar eventuais quebras na fase de encerramento.

Ao nível de cada um dos Fundos e Eixos a situação é distinta. No caso do FEDER, foram os Eixos II e I que contribuíram para aquele “*overbooking*”, ficando o Eixo III pelos 99,1% da sua dotação de fundo executado. No FSE e do FEOGA foi o Eixo III que contribuiu para absorver a totalidade da dotação destes fundos. Nos dois fundos, FSE e FEOGA, foi essencial o alargamento da flexibilidade de execução entre eixos dos 2% inicialmente previstos na Decisão COM(2006)342, relativa às regras de encerramento, para os 10%.

### Quadro 3.2 PO Centro - Programação e execução por Eixo e Fundo, situação a 30-06-2009

Unidade: euros

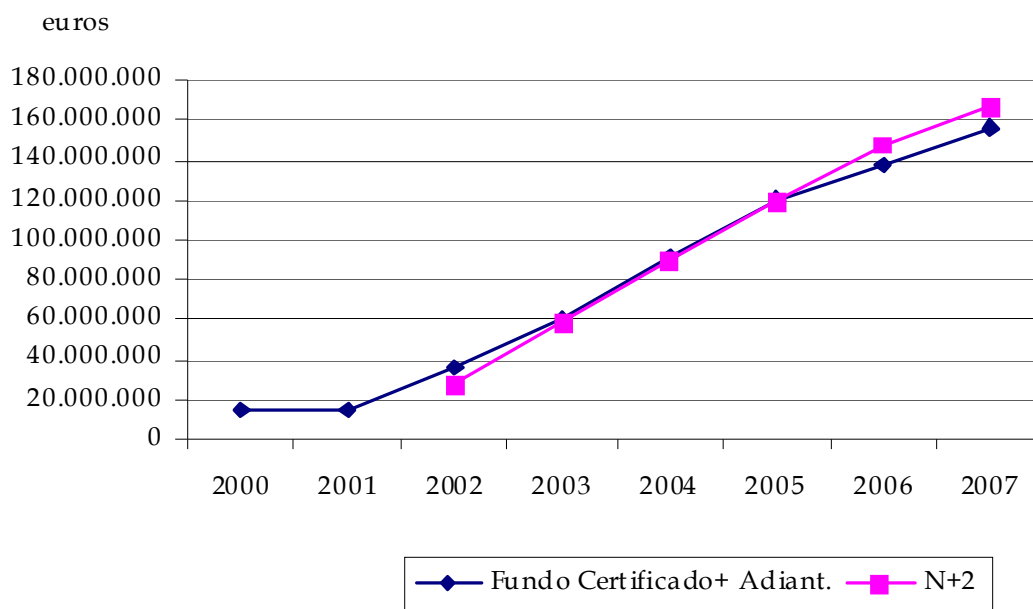
Fundo	Programação		Execução		Exc./Prog
	D. Pública	Fundo	D. Pública	Fundo	
FEDER	816.517.342	573.189.667	873.689.897	577.545.406	100,8
FSE	30.642.831	22.982.184	29.285.711	21.964.283	95,6
<b>Total Eixo I</b>	<b>847.160.173</b>	<b>596.171.851</b>	<b>902.975.608</b>	<b>599.509.689</b>	<b>100,6</b>
FEDER	233.821.772	164.312.623	245.687.970	170.409.479	103,7
FSE	20.969.832	15.727.383	16.434.452	12.325.839	78,4
FEOGA	37.480.900	25.339.937	30.554.151	20.147.886	79,5
<b>Total Eixo II</b>	<b>292.272.504</b>	<b>205.379.943</b>	<b>292.676.573</b>	<b>202.883.204</b>	<b>98,8</b>
FEDER	1.101.864.412	624.753.077	1.117.993.535	618.881.319	99,1
FSE	311.509.687	189.202.138	321.453.202	195.421.162	103,3
FEOGA	215.795.234	158.781.157	231.877.041	164.985.218	103,9
IFOP	2.049.320	1.537.000	2.084.688	1.536.012	99,9
<b>Total Eixo III</b>	<b>1.631.218.653</b>	<b>974.273.372</b>	<b>1.673.408.466</b>	<b>980.823.710</b>	<b>100,7</b>
FEDER	2.152.203.526	1.362.255.367	2.237.371.402	1.366.836.204	100,3
FSE	363.122.350	227.911.705	367.173.365	229.711.284	100,8
FEOGA	253.276.134	184.121.094	262.431.191	185.133.104	100,5
IFOP	2.049.320	1.537.000	2.084.688	1.536.012	99,9
<b>Total PO</b>	<b>2.770.651.330</b>	<b>1.775.825.166</b>	<b>2.869.060.647</b>	<b>1.783.216.603</b>	<b>100,4</b>

Só o FEOGA registou anulações automáticas pelo não cumprimento da regra n+2, nos anos de 2006 e 2007. O valor total da anulação automática foi de 19,6 milhões de euros. Esta situação resulta, fundamentalmente, das opções nacionais relativas à aprovação de projectos, do processo de financiamento da componente pública nacional (disponibilização, em tempo útil, da dotação PIDDAC), do processo decorrente da reestruturação do MADRP e do comportamento dos beneficiários dos projectos que, percepcionando as dificuldades orçamentais e consequente deslizamento no tempo de reembolso das ajudas, ajustaram, a



execução e a apresentação da despesa a essa realidade. Tratou-se de uma situação transversal aos Programas do QCA III com intervenção FEOGA.

### PO Centro (FEOGA) - Cumprimento da Regra n+2



No quadro seguinte são apresentadas as taxas de execução de cada uma das medidas no final de 2008 e no final de 2009.

No caso do FEDER a maioria das medidas ficaram acima dos 80% de execução, com excepção das medidas 1.5- Apoio às actividades económicas e 1.8 - Bonificação de juros que ficaram pelos 67% e 79% de fundo executado.

No caso do FSE foi a medida do III.7 que apresentou um pior desempenho. Todas as medidas ficaram abaixo da sua dotação, com excepção da Medida 3.3 - Emprego e Empregabilidade ao nível Local, que conseguiu absorver as verbas não executadas nas restantes do Programa.

No FEOGA foi a medida 3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural a que, com um elevada recuperação no ano 2009, relacionada a possibilidade de apresentação de novas candidaturas a partir de Julho de 2008, que melhor comportamento teve. A medida 2.7 - AIBT do Pinhal Interior ficou pelos 80% de fundo executado.



Quadro 3.3 PO Centro: Síntese da execução por Medida (situação a 30-06-2009)

Unidade: euros

Medidas	Programado	Fundo executado			% do total programado		
		31-12-2008	2009	30-06-2009	31-12-2008	2009	30-06-2009
<b>PO TOTAL</b>	<b>1.775.825.166</b>	<b>1.761.562.922</b>	<b>21.653.681</b>	<b>1.783.216.603</b>	<b>99,2</b>	<b>1,2</b>	<b>100,4</b>
<b>EIXO 1</b>	<b>596.171.851</b>	<b>605.503.747</b>	<b>-5.994.058</b>	<b>599.509.689</b>	<b>101,6</b>	<b>-1,0</b>	<b>100,6</b>
1.1 - Equipamento e infra-estruturas locais	198.168.635	224.756.139	-3.892.785	220.863.354	113,4	-2,0	111,5
1.2 - Ambiente e recursos naturais	121.651.648	119.907.030	0	119.907.030	98,6	0,0	98,6
1.3 - Acessibilidades	87.588.911	85.216.830	-94.091	85.122.739	97,3	-0,1	97,2
1.4 - Qualif. dos a. Urbanos	49.562.908	46.733.357	-17.274	46.716.083	94,3	0,0	94,3
1.5 - Apoio às act. Económicas	26.675.448	19.427.797	-1.656.167	17.771.630	72,8	-6,2	66,6
1.6 - Recursos humanos	22.982.184	22.159.899	-195.615	21.964.283	96,4	-0,9	95,6
1.7 - Valorização Territorial	53.922.973	53.725.198	-30.527	53.694.672	99,6	-0,1	99,6
1.8 - Bonif. de Juros	4.619.144	3.649.308	0	3.649.308	79,0	0,0	79,0
1.9 - Saneamento Básico	31.000.000	29.928.190	-107.599	29.820.591	96,5	-0,3	96,2
<b>EIXO 2</b>	<b>205.379.943</b>	<b>202.379.681</b>	<b>503.523</b>	<b>202.883.204</b>	<b>98,5</b>	<b>0,2</b>	<b>98,8</b>
2.1 - Cidades	62.104.647	65.927.907	-170.594	65.757.314	106,2	-0,3	105,9
2.3 - AIBT Dinamização das Aldeias	17.675.724	18.460.992	0	18.460.992	104,4	0,0	104,4
2.4 - AIBT Turismo e Pat.no Vale do Côa	44.185.001	44.641.432	0	44.641.432	101,0	0,0	101,0
2.5 - AIBT da Serra da Estrela	22.092.600	22.948.480	0	22.948.480	103,9	0,0	103,9
2.6 - AIBT Pinhal Interior (FEDER)	18.254.651	18.601.262	0	18.601.262	101,9	0,0	101,9
2.7 - AIBT Pinhal Interior (FEOGA)	25.339.937	19.473.769	674.116	20.147.886	76,9	2,7	79,5
2.8 - Des. rec. Humanos	15.727.383	12.325.839	0	12.325.839	78,4	0,0	78,4
<b>EIXO 3</b>	<b>974.273.372</b>	<b>953.679.493</b>	<b>27.144.217</b>	<b>980.823.710</b>	<b>97,9</b>	<b>2,8</b>	<b>100,7</b>
3.1 -Educação- FEDER	81.567.997	84.653.136	0	84.653.136	103,8	0,0	103,8
3.2 - Educação - Ensino profissional	66.127.063	65.318.682	-1.040	65.317.643	98,8	0,0	98,8
3.3 -Emprego	118.161.867	125.683.609	738.796	126.422.405	106,4	0,6	107,0
3.4 - Apoio ao Investimento	11.233.225	11.590.697	0	11.590.697	103,2	0,0	103,2
3.5 -Ciência, Tecnologia e Inovação	9.692.636	8.260.994	0	8.260.994	85,2	0,0	85,2
3.6 - Sociedade da Informação (FEDER)	22.783.000	25.396.980	0	25.396.980	111,5	0,0	111,5
3.7 - S. da Informação (FSE)	2.676.000	1.640.685	0	1.640.685	61,3	0,0	61,3
3.8 -Saúde	61.417.000	58.323.420	-5.823	58.317.597	95,0	0,0	95,0
3.9 - Cultura	7.411.192	7.679.184	0	7.679.184	103,6	0,0	103,6
3.10 - Desporto	35.749.998	35.572.359	0	35.572.359	99,5	0,0	99,5
3.11 - Economia	117.286.337	109.124.132	1.111.778	110.235.910	93,0	0,9	94,0
3.12 - Acessibilidades e Transportes	216.944.990	217.979.317	0	217.979.317	100,5	0,0	100,5
3.13 - Ambiente	40.909.351	39.902.704	-113.877	39.788.826	97,5	-0,3	97,3
3.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural	155.156.157	136.688.030	25.332.570	162.020.601	88,1	16,3	104,4
3.15 - Pescas- FEDER	9.077.473	9.909.947	0	9.909.947	109,2	0,0	109,2
3.16 - Pescas:IFOP	1.537.000	1.454.200	81.812	1.536.012	94,6	5,3	99,9
3.17 - Assistência Técnica FEDER	10.679.878	9.496.370	0	9.496.370	88,9	0,0	88,9
3.18- Assistência Técnica FSE	2.237.208	2.040.428	0	2.040.428	91,2	0,0	91,2
3.19 - Assistência Técnica FEOGA	3.625.000	2.964.617	0	2.964.617	81,8	0,0	81,8



### 3.2. Execução por domínio de intervenção

Uma breve análise da ventilação da execução por domínios de intervenção permite-nos concluir que esta se concentra em oito principais sectores, representando 80% do investimento total.

**Quadro 3.4 PO Centro: despesa pública executada por domínio de intervenção, situação a 30-06-2009**

Domínios	Programação			Execução 2000-2009		
	Despesa .Pública	Fundo	% DP	Despesa .Pública	Fundo	%DP
11- Agricultura	84.384.760	62.062.463	3	54.546.006	38.312.392	1,9
12- Silvicultura	70.628.012	52.051.431	2,5	32.716.077	20.847.941	1,1
13 - Promoção da adaptação e do desenvolvimento das zonas rurais	148.344.293	105.188.859	5,4	229.952.997	163.735.015	8,0
14 - Pescas	2.049.320	1.537.000	0,1	2.084.688	1.536.012	0,1
16- Ajudas às PME e ao artesanato	80.259.482	46.459.419	2,9	44.613.967	28.638.704	1,6
17- Turismo	126.072.968	83.274.556	4,6	109.098.184	74.505.201	3,8
18 - Investg., desenv, e inovação tecn (IDTI)	51.877.527	29.262.995	1,9	60.301.025	34.602.624	2,1
21 - Políticas activas do mercado de trabalho	107.763.465	67.352.264	3,9	96.996.521	60.622.478	3,4
23 - Des. da educação e da formação p. não ligada a um sector específico	214.684.510	130.725.976	7,7	248.161.495	153.081.853	8,6
24 - Adap., espírito de empresa e inovação, n. tec. da inf e da com.	17.399.811	12.655.243	0,6	4.284.308	2.971.245	0,1
31 - Infra-estruturas de transportes	625.378.578	375.471.701	22,6	667.745.578	393.436.639	23,3
32- Infraes-estruturas de telecomunicações e s. da informação	33.052.035	23.136.514	1,2	36.919.632	25.887.710	1,3
33 - Infra-estruturas no domínio das energias	149.788.079	69.198.939	5,4	173.069.049	68.418.468	6,0
34 - Infra-estruturas ambientais	236.262.772	174.758.051	8,5	257.705.103	172.209.088	9,0
35 - Ordenamento e requalificação	443.523.472	304.626.987	16	442.867.856	292.829.640	15,4
36 - Infraestruturas sociais e da saúde	356.755.904	221.520.682	12,9	388.312.844	237.080.179	13,5
41 - Assistência Técnica	22.426.340	16.542.086	0,8	19.685.318	14.501.416	0,7
<b>TOTAL</b>	<b>2.770.651.330</b>	<b>1.775.825.166</b>	<b>100</b>	<b>2.869.060.647</b>	<b>1.783.216.603</b>	<b>100,0</b>

A sua leitura permite-nos destacar:

- que as infra-estruturas básicas, ao nível dos transportes (23,3% do investimento apoiado pelo programa) e do ambiente (9%) predominam, evidenciando os défices estruturais que subsistem nestes domínios na Região Centro;
- os equipamentos sociais, culturais e desportivos, enquadrados no domínio das infra-estruturas sociais e da saúde (13,5%), que, associados às intervenções no domínio do ordenamento e requalificação urbana (15,4%), são responsáveis pela melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano;





- a importância pesada e estruturante que tem os projectos no domínio das energias (6%);
- a importância das políticas activas do mercado de trabalho (3,4%) e da educação e da formação (8,6%).



### 3.3. Despesa certificada, transferências da Comissão Europeia e pagamentos aos beneficiários

Os fluxos financeiros com a Comissão Europeia permitem constatar que as transferências para o Estado Membro por via do PO Centro e os créditos por satisfazer são os seguintes:

**Quadro 3.5 Despesa Certificada e Pagamentos da CE, situação a 31-12-2009**

Unidade: Euros

Fundo	Dotação	Adiantamento	Pedidos Intermédios	Pagamentos CE	% Pag/Dotação	PI por satisfazer	Por satisfazer limite da dotação
FEDER	1.362.255.367	90.279.350	1.204.285.591	1.294.142.598	95	422.342	422.342
FSE	227.911.705	14.922.320	213.026.816	216.516.119	95	11.433.017	11.433.017
FEOGA	184.121.094	14.432.670	187.652.982	174.915.039	95	27.170.613	9.206.055
IFOP	1.537.000	107.590	1.536.012	1.460.150	95	183.452	183.452
<b>Total</b>	<b>1.775.825.166</b>	<b>119.741.930</b>	<b>1.606.501.400</b>	<b>1.687.033.906</b>	<b>95</b>	<b>39.209.424</b>	<b>21.244.866</b>

**Quadro 3.6 Despesa Certificada e Pagamentos da CE, ano de 2009**

Fundo	Pedidos Intermédios 2009	Pagamentos CE
FEDER	0	13.490.812
FSE	0	0
FEOGA	36.842.338	14.078.216
IFOP	186.666	9.667
<b>Total</b>	<b>37.029.004</b>	<b>27.578.695</b>

Como se pode verificar nos quadros anteriores, no FSE, FEOGA e IFOP, os valores dos Pedidos de pagamento Intermédios acrescidos dos pagamentos por conta já ultrapassam a respectiva dotação global. Nestes casos a suspensão da transferência dos montantes por satisfazer deve-se não só ao facto de se ter atingido os 95% da dotação do PO (incluindo o adiantamento), mas, também, por parte ou a totalidade daquele montante, como é caso do FEOGA, já estar a absorver o correspondente Pagamento por Conta.



As verbas remetidas para a Autoridade de Gestão foram utilizadas no reembolso aos beneficiários finais e na transferência para as entidades pagadoras, cujos montantes totalizaram:

### Quadro 3.7 Transferências e Pagamentos, situação a 31-12-2009

Unidade: Euros

Fundo	Transferências das Autoridades de Pagamento	Pagamentos aos Beneficiários			
		Eixo I	Eixo II	Eixo III	Total
FEDER	1.362.202.945	575.827.641	167.508.018	618.440.799	1.361.776.458
FSE	216.516.120	22.112.972	12.349.060	181.781.243	216.243.275
FEOGA (*)	174.915.039		20.272.450	166.768.332	187.040.782
IFOP (*)	1.460.148			1.536.838	1.536.838
<b>Total</b>	<b>1.755.094.252</b>	<b>597.940.613</b>	<b>200.129.528</b>	<b>968.527.212</b>	<b>1.766.597.353</b>

(\*) - Transferências da CE para o IFAP, Autoridade de Pagamento e Organismo Intermédio para efeitos de pagamento das ajudas

Os pagamentos, no caso de projectos com comparticipação do FEDER, correspondem a reembolso de despesa efectuada e paga ou a adiantamentos de despesas efectuadas, mas ainda não liquidados pelos beneficiários finais, nos termos da legislação em vigor.

No caso dos projectos com comparticipação do FSE e do FEOGA, foram efectuados adiantamentos, de acordo com a legislação e contratos celebrados com os beneficiários.

No caso do FEDER a transferência de montantes da Autoridade de Pagamento, Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) é superior ao montante desembolsado pelo Orçamento comunitário. Foram disponibilizados adiantamentos do Orçamento do Estado português para permitir completar os apoios FEDER atribuídos aos beneficiários finais no âmbito do Programa. Neste Fundo, o pequeno saldo existente no final de 2009, deve-se ao facto de se terem efectuado algumas recuperações por parte de beneficiários, mas que servirão para pagar valores ainda em falta a outros beneficiários.

O valor dos pagamentos FSE correspondem aos montantes líquidos pagos, ou seja, foram deduzidas as recuperações já efectuadas quer pela Autoridade de Gestão, por compensação noutros projectos dos mesmos beneficiários, quer pelo IGFSE. Encontram-se por recuperar, no final de 2009, cerca de 295.690,78 euros de despesa entretanto já anulada e que não consta da despesa certificada nem da despesa considerada neste relatório.



#### **4. Resultados e financiamento dos grandes projectos**

O grande projecto da medida 3.11 – Economia, “Armazenagem Subterrânea de Gás Natural”, constante do Quadro 8 do Anexo a este Relatório, integra-se no projecto global da Rede Portuguesa de Transporte de Gás Natural em alta Pressão e constitui um pilar de apoio ao sistema, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista da segurança de aprovisionamento do mercado.

O projecto localiza-se na Mata do Carriço, no concelho de Pombal, e é constituído por cavernas executadas no “Domus Salino” a profundidades compreendidas entre os 1000 e 1200 m. A capacidade de armazenagem de gás natural prevista inicialmente é da ordem dos  $140 \times 10^6 \text{ m}^3$

De acordo com os artigos 25º e 26º do capítulo V do regulamento (CE) nº 1260/1999 do Conselho, de 21 de Julho, o seu financiamento é condicionado ao resultado da notificação à Comissão Europeia, notificação essa efectuada no início do ano 2001 e concluída em Julho de 2001, através da Decisão da Comissão C(2001) 2011, de 27 de Julho.

A Transgás - Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A., beneficiária inicial do projecto, transmitiu à REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., ao seus activos, direitos e obrigações, relativos ao armazenamento subterrâneo e às instalações de superfície que integram a estação de gás, a estação de gasoduto e a estação de lixiviação.

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005 que estabeleceu as orientações estratégicas para o sector energético e autonomização dos activos, direitos e obrigações relativos às actividades de transporte e armazenagem de gás natural, e do Decreto Lei n.º 30/2006, que aprovou as bases gerais da organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural em Portugal, foram autonomizadas as actividades de (i) distribuição e comercialização de gás natural, (ii) recepção, armazenagem e regaseificação de gás natural liquefeito, (iii) armazenamento subterrâneo de gás natural e (iv) transporte de gás natural.

Deste modo, as actividades e respectivos activos, prosseguidas pela Transgás, SA, ao abrigo do contrato de concessão, foram transferidos para as empresas REN Armazenagem, SA e Transgás Armazenagem, SA.



Estas transferências de activos, incluídos na candidatura da Armazenagem Subterrânea, foram autorizadas nos termos dos Despachos de Homologação n.º 149-A/XVII/SEAI/2006 e n.º 94-XVII/SEAI/2008 de 02.08.2006 e 15.07.2008, respectivamente.

À despesa validada até finais de 2008, no valor de 85.958.345,39 euros, 100% do valor aprovado, foi retirada a despesa considerada irregular, na sequência da decisão da DGREGIO no âmbito do Plano de Acção sobre contratação pública, 16.816.005,07 euros.

O projecto previa 4 cavidades com volume de, cerca de 1,2 milhões de m<sup>3</sup> geométricos, com capacidade de armazenagem de 140 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural. No final de 2006 encontravam-se concluídas 3 cavidades com 1,131 milhões de m<sup>3</sup> geométricos a que correspondem uma capacidade de 150 milhões de m<sup>3</sup> de gás natural. Com a conclusão da quarta cavidade (550 mil m<sup>3</sup> geométricos), a capacidade de armazenagem inicialmente prevista foi ultrapassada. Em 2008 com a conclusão da 4ª cavidade foi atingido o valor acumulado de 200 milhões m<sup>3</sup> de gás armazenado.



## 5. Disposições adoptadas pela Autoridade de Gestão e pela Comissão de Acompanhamento para assegurar a qualidade e a eficácia da execução do Programa Operacional

### 5.1 Acompanhamento, Controlo interno e sistema de informação

#### Autoridade de Gestão

De acordo com o Decreto-Lei nº 54-A/2000, de 7 de Abril, cabe às Unidades de Gestão dos Programas Operacionais emitir parecer sobre as propostas de decisão do Gestor relativas a candidaturas ao Programa.

Nesse sentido foram realizadas 247 reuniões deste órgão, conforme quadro seguinte.

**Quadro 5.1 Número de reuniões da Unidade de Gestão, por Eixo Prioritário, situação a 30-06-2009**

Anos	Eixo I	Eixo II	Eixo III	Total
2000	8	7	10	25
2001	10	18	24	52
2002	10	18	21	49
2003	5	14	10	29
2004	5	11	16	32
2005	6	13	8	27
2006	5	11	8	24
2007	4	2	1	7
2008	2	0	0	2
2009				0
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>94</b>	<b>98</b>	<b>247</b>

Nestas reuniões foram apreciadas 21.784 candidaturas, das quais 14.583 dizem respeito ao FEOGA.

**Quadro 5.2 Candidaturas apreciadas em Unidade de Gestão, por Fundo, situação a 30-06-2009**

Fundo	Nº de Candidaturas			
	Decididas	Situação no final do P.O.		
		Aprovadas	Indeferidas/arquivadas na fase de decisão	Canceladas
<b>TOTAL</b>	<b>21.784</b>	<b>16.506</b>	<b>4.241</b>	<b>1.037</b>
<b>FEDER</b>	4.814	4.403	103	308
<b>FSE</b>	2.352	1.428	862	62
<b>FEOGA</b>	14.583	10.653	3.267	663
<b>IFOP</b>	35	22	9	4



Das candidaturas apreciadas 4.241 foram indeferidas ou arquivadas por não cumprirem as condições de elegibilidade ou não serem consideradas prioritárias.

### **Comissão de Acompanhamento**

No ano de 2009 foram aprovadas alterações aos conteúdos das medidas, expressos no Complemento de Programação.

*Consulta escrita efectuada em 15 de Junho de 2009*

Na sequência da prorrogação da data limite de elegibilidade das despesas, decisão C(2009) 1116, de 18 de Fevereiro, alterou-se a data final de elegibilidade de despesas do Programa nos seguintes termos:

*“A data final de elegibilidade das despesas é fixada em 30 de Junho de 2009, inclusive para as despesas efectuadas pelos organismos que atribuem as ajudas previstas na alínea l) do artigo 9º do Regulamento (CE) n.º 1260/1999.”*

No sentido de prever esta situação no Complemento de Programação e de efectuar um pequeno ajustamento das taxas de comparticipação na Medida 3.6 – Sociedade de Informação, foi realizada uma consulta escrita aos membros da Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional, em Junho de 2009, data limite para efectuar os ajustamentos que não implicassem alterações ao Plano Financeiro aprovado no Programa, por Eixo, ano e Fundo. Esta alteração deveu-se ao facto da taxa de comparticipação nas despesas realizadas, ultrapassar, ligeiramente, a taxa de comparticipação prevista no Complemento de Programação. O acréscimo de comparticipação da Medida 3.6 foi compensado por uma diminuição na taxa de comparticipação da Medida 3.13.

### **Sistema de Informação**

No decurso da execução do PO Regional (2000-2006, verificou-se a utilização dos sistemas de informação desenvolvidos pelas autoridades de gestão e de pagamento dos Fundos (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP/IFDR; Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu/IGFSE, Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar/GPPAA e Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura/DGPA), ou seja, o Sistema



de Informação para os Fundos Estruturais e de Coesão (SIFEC/módulo FEDER); o Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE); o Sistema de Informação Agricultura e Desenvolvimento Rural (SIADRU) e o Sistema Integrado de Informação das Pescas (SI2P).

Em termos do controlo de 1º nível, são efectuados os registos do plano anual, mapa de acompanhamento trimestral, relatório anual de síntese e as acções, nos sistemas integrados de informação já implementados (SIFEC e SIIFSE). É, ainda, utilizado como solução complementar o Sistema de Informação de Gestão dos Instrumentos e Fundos Estruturais (SIGIFE), desenvolvido pela Inspeção-Geral de Finanças, em *Access*, para os fundos FEDER, IFOP e FEOGA-O.





## 5.2. Acções de controlo

A estrutura de apoio técnico do controlo de 1º nível do Programa Operacional da Região Centro é enquadrada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2001 de 26 de Dezembro de 2001.

Os direitos e prerrogativas da EAT, o modo como a estrutura se enquadra no âmbito do Sistema Nacional de controlo, e a definição das suas obrigações, estão definidos nos seguintes textos legais nacionais: Decreto-Lei nº 54-A/2000, de 7 de Abril, que define a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo da execução do QCA III; Decreto-Lei nº 168/2001, de 25 de Maio, que regula o funcionamento do SNC do QCA III e das intervenções de iniciativa comunitária relativas a Portugal, nos termos dos Regulamentos nºs 1260/1999 e 438/2001; e Portaria nº 684/2001, de 5 de Julho, que estabelece as modalidades de articulação entre os diferentes níveis de controlo do SNC e define as condições de fornecimento e acesso à informação relevante para o controlo.

A EAT dispõe de um Manual de procedimentos do controlo de 1º nível do PO Centro, que é um instrumento de síntese das práticas e procedimentos adoptados por parte da Estrutura de Apoio Técnico do Controlo de 1º Nível.

A actividade de controlo, divide-se em quatro áreas: formação; acções de acompanhamento a entidades de auditoria/controlo externas; actividade de reporte da actividade; acções de controlo.

### Entidades que participam na realização das acções de controlo de 1º nível

No exercício de 2009, recorreu-se às bolsas de auditores pré-qualificados, entidades estas seleccionadas pelas entidades responsáveis pelo controlo de segundo nível dos fundos estruturais FEDER e FSE, DGDR e IGFSE, respectivamente, para realização de acções de controlo de 1º nível nos termos dos pontos 8 e 9 do artigo 42º do Decreto-Lei 54-A/2000 de 7 de Abril, e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 168/2001 de 25 de Maio.

No que concerne aos fundos estruturais FEOGA-O, de acordo com o disposto na lista anexa à Portaria nº 684/2001 de 5 de Junho, o IFADAP/INGA, foi integrado como organismo envolvido no controlo de 1º Nível do PO Centro ao nível das medidas: 2.7 – AIBT do Pinhal



Interior (FEOGA-O), 3.14 - Agricultura e desenvolvimento rural (FEOGA-O). A intervenção do IFADAP no controlo de 1º nível do PO Centro, está enquadrada através dos Protocolos de Colaboração celebrados.

### **Acompanhamento de auditorias externas**

O exercício de 2008 ficou novamente marcado por um número elevado de auditorias realizadas ao Programa Operacional da Região Centro por entidades externas, o que exigiu por parte da estrutura um particular esforço de acompanhamento:

#### **Auditorias da Inspeção – Geral de Finanças**

- Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo das Autoridades de Pagamento e dos Organismos Coordenadores do Controlo de 2º nível – vertente FSE (Fevereiro de 2009);
- Auditoria à Autoridade de Pagamento e Organismo Coordenador do Controlo de 2.º Nível – vertente FEOGA-O e IFOP – apreciação do projecto de decisão (Abril de 2009);
- Monitorização dos controlos por amostragem - vertente FEDER (Abril de 2009);
- Proposta de auditorias a realizar e em execução na sequência da Monitorização dos controlos por amostragem – vertente FEDER (Maio de 2009);
- Auditoria ao cumprimento das recomendações por parte das Autoridades de Gestão do QCA III – vertente FEDER e FSE (Agosto de 2009);

#### **Auditorias da Comissão Europeia**

- Auditoria da DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades – vertente FSE - Missão Comunitária A-REP 599 de 14 de Abril a 17 de Julho de 2008;
- Posição revista da Comissão à Auditoria ao plano de Acção sobre contratação pública aplicados na realização de despesa nos projectos co-financiados pelo FEDER no âmbito das Intervenções Operacionais do QCA III - PO Centro – apreciação do Relatório Final (Junho de 2009);

#### **Auditorias da IGAP – Inspeção – Geral da Agricultura e Pescas**

- Acompanhamento das recomendações formuladas pela IGAP na auditoria a beneficiários no âmbito da Medida Agris dos Programas Operacionais Regionais do Norte, Centro e Alentejo do QCA III – vertente FEOGA-O (Janeiro de 2009);



- Acompanhamento das recomendações formuladas na auditoria a beneficiários no âmbito da Sub-acção Caminhos Agrícolas e Rurais da Medida AGRIS do PO Regional Centro – apreciação do Relatório Final (Junho de 2009);

### **Auditorias do Instituto de Financiamento do Desenvolvimento Regional**

- Auditoria aos *Procedimentos de Controlo Interno e de Gestão de Devedores do QCA III* (fase de contraditório).

### **Auditorias do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas**

- Preparação do encerramento do QCA III – vertente FEOGA (Setembro de 2009)

### **Controlos por amostragem da despesa**

#### **EAT de Controlo de 1º Nível**

No que concerne à execução dos planos anuais de controlo, concretamente, ao disposto no artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001 de 2 de Março, os dados apresentados respeitam à execução da actividade de controlo à data de 13 de Novembro de 2009.

No que concerne ao fundo estrutural FEDER, foram efectuados 247 relatórios finais abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2008 FEDER, denúncias recebidas e solicitações da gestão, envolvendo a verificação de despesa no montante de 196.740.736 euros e 5.637.120 euros de correcções financeiras.

### **Quadro 5.3 Despesa FEDER verificada, situação a 13-11-2009**

Unidade: euros

Medida	Nº	Despesa verificada a 13 de Novembro de 2009	Correcções financeiras
<b>EIXO PRIORITÁRIO I</b>			
I.1 - Equipamentos e Infra-estruturas locais	31	18.542.026	388.133
I.2 - Ambiente e Recursos Naturais	22	14.565.927	75.296
I.3 - Acessibilidades	16	11.700.330	856.390
I.4 - Qualificação de Aglomerados Urbanos	8	5.701.818	181.780
I.5 - Apoio às activ económicas	15	6.315.714	1.898.717
I.7 - Acções Específicas de Valorização Territorial	9	11.651.819	207.104
I.8 - Bonificação de Juros em Linhas de Crédito ao Investimento Autárquico	10	315.525	0
I.9 - Saneamento	4	3.953.987	35.902
<b>TOTAL EIXO I</b>	<b>115</b>	<b>72.747.146</b>	<b>3.643.322</b>



**Quadro 5.3 Despesa FEDER verificada, situação a 13-11-2009 (continuação)**

Unidade: euros

Medida	Nº	Despesa verificada a 13 de Novembro de 2009	Correcções financeiras
<b>EIXO PRIORITÁRIO II</b>			
II.1 - Acções Integrada para a Qualificação e Competitividade das Cidades	5	9.242.330	243.079
II.3 - Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias	15	3.043.804	105.131
II.4 - Turismo e Património no Vale do Côa	8	4.068.365	92.117
II.5 - Acção Integrada de Desenvolvimento da Serra da Estrela	10	5.567.760	110.405
II.6 - AIBT do Pinhal Interior	8	1.778.055	15.902
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>46</b>	<b>23.700.314</b>	<b>566.634</b>

**Quadro 5.3 Despesa FEDER verificada, situação a 13-11-2009 (continuação)**

Unidade: euros

Medida	Nº	Despesa verificada a 13 de Novembro de 2009	Correcções financeiras
<b>EIXO PRIORITÁRIO III</b>			
III.1 - Educação - Infra - Estruturas da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundários	10	12.558.062	117.407
III.4 - Apoio ao investimento no Desenvolvimento Local	2	2.396.593	0
III.5 - Ciência, Tecnologia e Inovação	3	583.826	22.378
III.6 - Sociedade de Informação	5	2.315.511	231.784
III.8 - Saúde - Implementação dos Sistemas Locais de Saúde (S.L.S.)	10	7.618.229	261.514
III.9 - Cultura	7	2.129.768	273.357
III.10 - Desporto - Desenvolvimento de Equipamentos Desportivos	7	9.558.303	1.308
III.11 - Economia	5	32.702.327	0
III.12 - Acessibilidade e Transporte	12	23.627.367	0
III.13 - Ambiente	13	3.316.780	519.280
III.15 - Pescas - Infra-estruturas de portos	3	1.252.781	0
III.17 - Assistência Técnica ( FEDER )	9	2.233.729	136
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>86</b>	<b>100.293.276</b>	<b>1.427.164</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>247</b>	<b>196.740.736</b>	<b>5.637.120</b>

No que se refere ao fundo estrutural FSE foram efectuados 162 relatórios abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2008 FSE, denúncias recebidas e solicitações da gestão, que envolveram despesa verificada no montante de 56.071.964 euros e correcções financeiras no montante de 216.120 euros.



**Quadro 5.4 Despesa FSE verificada, situação a 13-11-2009**

Euros

Medida	Nº	Despesa verificada a 13 de Novembro de 2009	Correcção financeira FSE + OSS
<b>EIXO PRIORITÁRIO I</b>			
I.6 - Desenvolvimento dos Recursos Humanos	26	2.501.699	44.004
<b>TOTAL EIXO I</b>	<b>26</b>	<b>2.501.699</b>	<b>44.004</b>
<b>EIXO PRIORITÁRIO II</b>			
II.8 - Desenvolvimento dos recursos humanos e promoção da coesão social	13	2.550.852	43.887
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>13</b>	<b>2.550.852</b>	<b>43.887</b>
<b>EIXO PRIORITÁRIO III</b>			
III.2 - Educação - ensino profissional	39	28.003.349	78.356
III.3 - Promoção da empregabilidade e do emprego ao nível local	78	22.515.693	49.873
III.7 - Sociedade da informação - Portugal Digital	1	14.716	0
III.18 - Assistência Técnica - FSE	5	485.656	0
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>123</b>	<b>51.019.414</b>	<b>128.229</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>162</b>	<b>56.071.964</b>	<b>216.120</b>

Relativamente ao fundo estrutural FEOGA-O, foram efectuados 165 relatórios abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2008 FEOGA. Estes relatórios envolveram uma despesa verificada no montante de 26.273.667 euros e correcções financeiras de 527.394 euros.

**Quadro 5.5 Despesa FEOGA verificada, situação a 13-11-2009**

Euros

Medida	Nº	Despesa verificada a 13 de Novembro de 2009	Correcções financeiras
<b>EIXO PRIORITÁRIO II</b>			
II.7 - Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (FEOGA)	35	5.315.889	297.843
<b>TOTAL EIXO II</b>	<b>35</b>	<b>5.315.889</b>	<b>297.843</b>
<b>EIXO PRIORITÁRIO III</b>			
III.14 - Agricultura e Desenvolvimento Rural (FEOGA)	130	20.957.778	229.551
III.19 - Assistência Técnica (FEOGA)	0	0	0
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>130</b>	<b>20.957.778</b>	<b>229.551</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>165</b>	<b>26.273.667</b>	<b>527.394</b>



Relativamente ao fundo estrutural IFOP, foram efectuados 6 relatórios abrangendo acções de controlo previstas no Plano Anual de Controlo 2002 a 2008 IFOP. Foi verificada despesa no montante de 519.093 euros e correcções financeiras de 2.528 euros.

#### Quadro 5.6 Despesa IFOP verificada, situação a 13-11-2009

Euros

Medida	Nº	Despesa verificada a 13 de Novembro de 2009	Correcções financeiras
EIXO PRIORITÁRIO III			
III.16 - Pescas - Equipamentos e Transformação (IFOP)	6	519.093	2.528
<b>TOTAL EIXO III</b>	<b>6</b>	<b>519.093</b>	<b>2.528</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6</b>	<b>519.093</b>	<b>2.528</b>

#### Síntese da actividade de controlo

Para efeitos do cumprimento do disposto no nº 2 do artigo 10º do Regulamento (CE) nº 438/2001 de 2 de Março, importa efectuar um rácio, por fundo estrutural, entre a despesa verificada em sede de acções de controlo/auditorias e a despesa certificada.

#### Quadro 5.7 Despesa verificada pela EAT do Controlo do PO Centro, situação a 13-11-2009

Euros

Fundo	Investimento elegível realizado	Despesa verificada - EAT PO Centro	% verificada
FEDER	2.285.836.449,21	196.740.736,00	8,61
FSE	403.438.243,05	56.071.964,48	13,9
FEOGA-O	332.459.913,17	26.273.667,00	7,9
IFOP	2.294.053,26	519.093,00	22,6
<b>Total</b>	<b>2.285.836.449,21</b>	<b>196.740.736,00</b>	<b>8,61</b>

Ao nível do fundo estrutural FEDER o esforço de controlo foi de 8,61%, tendo em conta a despesa verificada. Ao nível do fundo estrutural FSE o rácio foi de 13,90%, para o FEOGA-O de 7,9%, e para o IFOP de 22,6%.

Desta forma é possível verificar que ao nível dos controlos por amostragem garante-se um esforço de controlo bastante superior ao limiar mínimo regulamentar previsto de 5%.



### 5.3 Utilização da assistência técnica do Programa

Como a dotação prevista não foi totalmente utilizada, os meios libertos na Assistência Técnica foram absorvidos noutras medidas.

Algumas limitações nacionais na contratação de pessoas para as Estruturas de Apoio Técnico condicionaram a utilização prevista nas medidas de assistência técnica. Mesmo com a libertação de verbas destas medidas no âmbito da reprogramação do Programa Operacional ocorrida em 2006, a execução ficou pelos 88% do fundo total programado.

**Quadro 5.8 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução a 30-06-2009**

Unidade: Euros

MEDIDA		Programação			Execução			Exc./Prog (Fundo)
		C. Total	D. Pública	Fundo	C. Total	D. Pública	Fundo	
3.17	2000-2008	14.239.784	14.239.784	10.679.878	12.661.827	12.661.827	9.496.370	88,9
	2009				0	0	0	
	<b>2000-2009</b>	<b>14.239.784</b>	<b>14.239.784</b>	<b>10.679.878</b>	<b>12.661.827</b>	<b>12.661.827</b>	<b>9.496.370</b>	<b>88,9</b>
3.18	2000-2008	3.353.223	3.353.223	2.237.208	3.070.669	3.070.669	2.040.428	91,2
	2009				0	0	0	
	<b>2000-2009</b>	<b>3.353.223</b>	<b>3.353.223</b>	<b>2.237.208</b>	<b>3.070.669</b>	<b>3.070.669</b>	<b>2.040.428</b>	<b>91,2</b>
3.19	2000-2008	4.833.333	4.833.333	3.625.000	3.952.823	3.952.823	2.964.617	81,8
	2009				0	0	0	
	<b>2000-2009</b>	<b>4.833.333</b>	<b>4.833.333</b>	<b>3.625.000</b>	<b>3.952.823</b>	<b>3.952.823</b>	<b>2.964.617</b>	<b>81,8</b>
<b>Total assistência Técnica</b>	2000-2008	22.426.340	22.426.340	16.542.086	19.685.318	19.685.318	14.501.416	87,7
	2009				0	0	0	
	<b>2000-2009</b>	<b>22.426.340</b>	<b>22.426.340</b>	<b>16.542.086</b>	<b>19.685.318</b>	<b>19.685.318</b>	<b>14.501.416</b>	<b>87,7</b>

No total não foram utilizados, nestas medidas, 2 milhões de euros, cerca de 1,2 milhões FEDER, 600 mil euros FEOGA e 200 mil euros FSE:

As despesas certificadas no valor de 19.685.318 Euros, são classificadas no grupo de “sujeitas a plafont” (de gestão, acompanhamento e controlo) e no grupo “não sujeitas a plafond” (avaliação, publicidade, estudos, conferências e sistemas de informação). Estas despesas repartem-se por tipologia de acordo com o quadro seguinte:



**Quadro 5.9 Medidas de assistência Técnica - Programação e execução por tipo de despesa, situação a 30-06-2009**

Unidade: Euros

Medida	Tipo de despesa	Custo total prog.		Execução (Custo Total)		Fundo prog.		Execução (Fundo)	
		Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%	Valor (Euros)	%
3.17	<b>Total</b>	14.239.784	100	12.661.827	100	10.679.878	100	9.496.370	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	12.388.754	87	11.166.353	88	9.291.816	87	8.374.765	88
	Pessoal	8.355.084	59	8.646.325	68	6.266.313	59	6.484.744	68
	Outras	4.033.670	28	2.520.028	20	3.025.503	28	1.890.021	20
	2. Despesas não sujeitas a plafond	1.851.030	13	1.495.474	12	1.388.062	13	1.121.605	12
3.18	<b>Total</b>	3.353.223	100	3.070.669	100	2.237.208	100	2.040.428	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	3.006.014	90	2.887.691	94	1.982.756	90	1.909.338	94
	Pessoal	2.128.628	63	1.878.498	61	1.427.846	63	1.256.697	61
	Outras	877.386	26	1.009.193	33	554.910	26	652.641	33
	2. Despesas não sujeitas a plafond	347.209	10	182.978	6	254.452	10	131.090	6
3.19	<b>Total</b>	4.833.333	100	3.952.823	100	3.625.000	100	2.964.617	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	3.383.333	70	2.696.278	68	2.537.500	70	2.022.209	68
	Pessoal	725.000	15	474.852	12	543.750	15	356.139	12
	Outras	2.658.333	55	2.221.426	56	1.993.750	55	1.666.069	56
	2. Despesas não sujeitas a plafond	1.450.000	30	1.256.545	32	1.087.500	30	942.409	32
<b>Total</b>	<b>Total</b>	22.426.340	100	19.685.318	100	16.542.086	100	14.501.416	100
	1.Despesas Sujeitas a plafond (in)	18.778.101	84	16.750.322	85	13.812.072	84	12.306.312	63
	Pessoal	11.208.712	50	10.999.676	56	8.237.909	50	8.097.581	41
	Outras	7.569.389	34	5.750.646	29	5.574.163	34	4.208.731	29
	2. Despesas não sujeitas a plafond	3.648.239	16	2.934.996	15	2.730.014	16	2.195.104	11





#### 5.4 Medidas adoptadas para assegurar a publicidade do Programa

A estratégia de comunicação do Programa Operacional Regional do Centro (PO Centro) estruturou-se, ao longo de todo o período de programação, em três fases, cada uma das quais comportando vários tipos de acções.

Na primeira fase- *Lançamento e arranque do PO Centro (2000-2001)*- foi dada especial atenção à criação de mecanismos adequados para dar a conhecer o Programa Operacional a todos os potenciais beneficiários e ao público em geral, divulgando os seus objectivos estratégicos e as medidas que os integram e a assegurar a memorização pelo público da imagem de marca do PO-Centro com vista a facilitar a comunicação.

Numa fase -*2ª Fase: Execução e Post-Avaliação Intercalar (2002--2005)*- deu-se continuidade à divulgação do PO, apresentando resultados e alguns projectos de grande impacte ou que, pelo seu carácter inovador, tenham efeitos demonstradores.

Na 3ª Fase- *Encerramento e Avaliação de Resultados/Impactos (2006-2007)*- foi dado especial destaque à apresentação de resultados obtidos com a aplicação dos Fundos Estruturais na Região Centro no âmbito do Programa Operacional 2000-2006.

As acções de informação e publicidade do Programa Operacional Regional do Centro tiveram como principais objectivos:

- Informar a opinião pública sobre as oportunidades de financiamento oferecidas pelo PO Centro e sobre o papel desempenhado pelos Fundos Estruturais e pela UE, em colaboração com as autoridades nacionais, no apoio ao desenvolvimento regional e no reforço da coesão económica e social.
- Informar os operadores e portadores de projectos da Região Centro sobre as possibilidades de utilização dos Fundos Estruturais no âmbito do PO Centro.
- Mobilizar os beneficiários potenciais e finais para uma correcta utilização dos apoios comunitários disponibilizados pelo PO Centro, criando condições que assegurem o surgimento de projectos inovadores que contribuam para o desenvolvimento a longo prazo da Região Centro.
- Divulgar junto dos beneficiários potenciais e finais do PO Centro as informações necessárias ao acesso a co-financiamento comunitário: estrutura do PO, eixos prioritários e medidas, procedimentos de candidatura, elegibilidades, critérios de avaliação e mecanismos de selecção.



- Informar a opinião pública sobre a execução do PO Centro, garantindo a transparência na aplicação dos seus recursos financeiros.

A identificação das acções de informação e publicidade constam do corpo do Relatório Final.



### **5.5 Síntese dos problemas significativos e medidas adoptadas**

Tratando-se de um programa 4 Fundos, 3 Eixos Prioritários e 35 medidas, a resposta aos problemas encontrados, exigiu, da Autoridade de Gestão e de todas as outras entidades e estruturas ligadas à gestão e coordenação global do QCA III, uma atenção constante no sentido de resolver os principais obstáculos para a concretização dos objectivos e metas do Programa.

As questões fundamentais em matéria de problemas encontrados na gestão do Programa estão relacionadas com a evolução socioeconómica da região, com a qualidade da despesa e com a utilização da dotação programada. No ano de 2009 realçamos os seguintes aspectos.

#### **Qualidade da despesa: Revisão de preços de trabalhos realizados no âmbito do QCA II**

Através de auditorias a projectos FEOGA da Acção R5 foi questionada a elegibilidade das despesas relativas a revisão de preços de autos de medição do QCA II, pagas no período do QCA III. Embora a questão não tenha sido consensual, a gestão optou por anular toda a despesa desta tipologia. Foram identificados 7 projectos da Medida III.14, que tiveram execução no QCA II e QCA III com despesas relativas a revisão de preços de trabalhos do QCA II.

#### **Utilização da dotação financeira do Programa**

Desde o início de 2008, que se passou a monitorizar de forma mais atenta o grau de realização de cada uma das medidas e a avaliação das acções necessárias a implementar para a absorção integral dos fundos programados.

No final de 2008 a questão em aberto dizia respeito à utilização de verbas FEOGA. A taxa de execução punha em risco a absorção deste fundo. Foi com a publicação de legislação que permitiu a entrada de projectos de caminhos rurais, cuja contrapartida nacional é da responsabilidade das autarquias, com a aprovação de projectos dos municípios num valor significativo e com o prolongamento da elegibilidade das despesas para Junho de 2009, que a situação foi ultrapassada.



## 6. Medidas adoptadas para assegurar a compatibilidade das políticas comunitárias e a coordenação de conjunto

### 6.1. Igualdade de oportunidades

Dos projectos aprovados serão de realçar, pelo seu contributo na promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres:

- Infra-estruturas de apoio à infância, desportivos e de lazer, que possibilitarão uma maior libertação da mulher de tarefas domésticas relacionadas com os cuidados a prestar a familiares dependentes, contribuindo para terem maior disponibilidade para desenvolver outras actividades, particularmente o desempenho de profissão remunerada;
- Acções de formação e de criação de emprego para desempregados, onde as mulheres registaram o maior peso (66.0% do total);
- Investimentos em espaços rurais de modernização da pequena agricultura, espaços em processo de desertificação, onde as mulheres têm maior peso, assegurando por vezes o trabalho agrícola.

A distribuição global do número de beneficiários por género nas medidas 1.6; 2.8; 3.2 e 3.3 apresenta uma taxa ligeiramente superior para as mulheres. Numa análise medida a medida, verificamos que as medidas mais direccionadas para desempregados revelam taxas de participação superiores das mulheres, contribuindo assim de forma directa para a igualdade no acesso ao mercado de trabalho.

Medida	Pessoas/formandos abrangidos				total
	Homens	%	Mulheres	%	
1.6	49.575	53	44.015	47	93.590
2.8	2.710	38	4.398	62	7.108
3.2	14.041	56	11.248	44	25.289
3.3	17.593	34	34.542	66	52.135
<b>Total</b>	<b>83.919</b>	<b>47</b>	<b>94.203</b>	<b>53</b>	<b>178.122</b>



## 6.2. Concorrência – Regime de Ajudas

Os regimes de ajudas previstos no Programa Operacional e no Complemento de Programação dizem respeito a:

- **3.11. Economia:** PITER – Programas integrados turísticos de natureza estruturante e base regional (Auxílio estatal nº 124/2000); Apoio ao aproveitamento do potencial energético (Auxílio estatal nº 219/2000); Apoios às Áreas de Localização Empresarial (Auxílio Estatal nº 459/2003).
- Auxílios abrangidos pela regra “*minimis*” nas Medidas:
  - 2.3 Acções inovadoras de dinamização das aldeias
  - 2.4 Acção integrada Turismo e Património no Vale do Côa
  - 2.5 Acção integrada de base territorial da Serra da Estrela
  - 2.6 Acção integrada de base territorial do Pinhal Interior (FEDER)
  - 3.3 e 3.4 - Programa de estímulo à oferta de emprego (Port. 196-A/2001, de 10 de Março);
  - 3.6 – Sociedade de informação.

Destes foi implementado o Regime de apoio ao aproveitamento do potencial energético e PITER, estando a ser cumpridos os regulamentos específicos, publicados na sequência da sua notificação à Comissão Europeia.

Dos apoios abrangidos pela regra “*minimis*” foram implementados os previstos nas Medidas do Eixo II e nas medidas III.3 e III.4 do Eixo III do Programa Operacional.

No que respeita às Medidas do Eixo II foram publicados, em 2003, os respectivos despachos que regulamento a aplicação desses apoios. Em 2004 os regulamentos das medidas 2.5 e 2.6 sofreram alterações. A existência de apoios a conceder ao abrigo da regra *minimis*, no âmbito das AIBTs, pressupõe que seja assegurado o cumprimento do limiar de 100.000 euros, a um mesmo beneficiário, durante um período de três anos. Neste sentido a entidade Gestora do PO Centro comunicava à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional a informação necessária ao controle de acumulação de ajudas, que é feito através de registo central, criado para o efeito, por aquela Direcção Geral. De facto, o controlo do limite de



acumulação dos auxílios *minimis* foi atribuído à Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, por Despacho governamental de 2002/09/11.

Os apoios da Medida 3.3 e 3.4 são concedidos através do Programa de Estímulo à Oferta de Emprego. Estes apoios são geridos pelo IEF, de acordo com contratos-programa celebrados com o gestor e Coordenador das Medidas.

A DGDR, no exercício da Presidência da Comissão de gestão do QCA III, centraliza a informação relativa aos auxílios de *minimis* efectivamente já implementados e recolhe a informação sobre os apoios concedidos. No caso do PO Centro, atendendo à situação actual dos regimes em vigor, a informação é fornecida pelo IEF, no caso das medidas 3.3 e 3.4, e pela autoridade de Gestão, no caso do Eixo II.

### **6.3. Respeito pela política agrícola comum.**

A compatibilidade do Programa Regional e, em particular, das medidas cofinanciadas pelo FEOGA-O com a PAC esteve enquadrada pelo Reg (CE) 1257/99, nomeadamente pelo seu artigo 37º. Esta situação ficou assegurada nas diversas negociações entre as autoridades nacionais e a Comissão Europeia, quer na própria fase de concepção quer nas alterações subsequentes do Complemento de Programação aprovadas pela Comissão de Acompanhamento, existindo, assim, a garantia que as diversas Acções que compõem as medidas FEOGA-O:

- Tenham assegurado, além do cumprimento de quotas e restrições específicas, a coerência entre as propostas no Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural “AGRO” e a Medida “Agris”- esta confirmação foi assegurada através da verificação de responsabilidades do beneficiário no SIADRU.
- Ao apoios concedidos não colidem com as ajudas concedidas no âmbito das diversas Organizações Comuns de Mercado (OCM), com excepção para os investimentos realizados no sector da “Frutas e Hortícolas” em que eram apresentadas declarações das Organizações de Produtores de que sejam associados, atestando que o investimento não colide com o seu Programa Operacional, os das Direcções Regionais de Agricultura quando os beneficiários não são associados ou não existe Organização de Produtores para o sector.



#### **6.4. Mercados Públicos.**

A autoridade de gestão, no âmbito dos sistemas de gestão e controlo implementados na Intervenção Operacional do Centro, tem tido uma especial atenção quanto às despesas realizadas mediante a celebração de contratos públicos, nos termos previstos nos art.ºs 4.º do Regulamento (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março no âmbito dos Fundos e Instrumentos Financeiros Estruturais.

Estas matérias são enquadradas em sede de legislação nacional por:

- Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 159/00, de 27 de Julho, relativos ao regime jurídico das empreitadas de obras públicas;
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 245/2003, de 7 de Outubro, relativo ao regime de realização de despesas públicas com locação, empreitadas de obras públicas, prestação de serviços e aquisição de bens, bem como o da contratação pública relativa à prestação de serviços, locação e aquisição de bens móveis.
- Decreto-Lei n.º 223/2001, de 9 de Agosto, relativo à contratação de empreitadas, fornecimentos e prestação de serviços nos sectores da água, energia, dos transportes e das telecomunicações.

Os citados regimes jurídicos decorrem da transposição de Directivas Comunitárias, no que concerne à contratação de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos públicos - Directivas 93/37/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, e 93/36/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, com as alterações da Directiva n.º 97/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro. Os processos de celebração dos contratos nos sectores da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações é regulada pela Directiva 93/38/CEE, do Conselho, de 14 de Junho, alterada pela Directiva 98/4/CEE, de 16 de Fevereiro.

No ponto 5.5 descreveram-se os procedimentos da gestão nesta matéria tendo em vista intensificar e dar visibilidade aos procedimentos de verificação do cumprimento das regras contratação pública.



## 6.5. Protecção e Melhoria do Ambiente

A compatibilidade das intervenções no âmbito do Programa com as políticas comunitárias é assegurada através de uma estreita cooperação com as entidades nacionais com competência na matéria. Assim, no âmbito das questões relacionadas com o ambiente, os projectos com eventuais repercussões são submetidos a apreciação prévia do Ministério do Ambiente ou, quando a lei assim o determina, exige-se a avaliação de impacte ambiental, conforme Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, alterado pelo 197/2005, de 8 de Novembro, e que transpõem para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 85/337/CEE, do Conselho, de 27 de Junho, com as alterações introduzidas pela Directiva n.º 97/11/CE, do Conselho, de 3 de Março.

No caso do Grande Projecto de “Armazenagem de Gás foi constituída uma Comissão que acompanhou os trabalhos de realização da obra e seu impacto ambiental.

Mesmo após a aprovação dos projectos e sempre que exista algum problema no domínio do cumprimento das regras ambientais, a gestão do P. O. acciona as medidas correctivas adequadas.

Serão, ainda, de realçar as iniciativas apoiadas no âmbito da Medida 1.2 “Ambiente e recursos naturais”, da Medida 1.9 “Saneamento Básico” e da Medida 3.13 “Ambiente”, como as que maior impacto têm na melhoria das condições ambientais e na protecção e valorização das áreas de naturais de especial interesse.

Relativamente às iniciativas apoiadas no âmbito da Medida 3.13 “Ambiente” com maior impacto na protecção dos parques e reservas naturais, zonas de protecção especial e Rede Natura 2000, serão de realçar os projectos plasmados no seguinte quadro:





## Projectos com maior incidência na protecção da Rede Natura 2000 e no Património Natural

Designação do projecto	Custo total euros	Fundo Comunitário euros	Incidência na protecção	
			Património Natural	Rede Natura 2000
Rede de Áreas Naturais de Importância Local e Regional	75.038	56.279	X	
Ecomuseu da Mata da Geria	74.902	56.177	X	
Percursos Pedestres - Animação Cultural e Turística	80.277	60.207	X	
Ordenamento e Gestão de áreas Sensíveis - OGAS	253.654	190.241	X	
Corredores Ecológicos Fluviais - Impactes, medidas de r. e conservação	210.632	157.974	X	
CIA - Controlo de infestantes aquáticos	117.453	88.090	X	
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Tocha - 1ª Fase	139.625	104.719		X
Ecomuseu das Lagoas de Mira e Barrinha	80.271	60.203		X
Limpeza e Remoção de Jacintos da Pateira de Fermentelos	203.674	152.756		X
Sistema de Informação Geográfica do Litoral Centro	106.973	80.229		X
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Murtinheira - 1ª Fase	96.534	72.400		X
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios - 1ª Fase	123.517	92.638		X
Reabilitação de Valas Afluentes ao Canal de Mira	139.151	104.364		X
Gestão e Implementação do POOC - 1ª Fase	201.490	151.117		X
Limpeza de Valas Afluentes ao Paul de Arzila e Rio Dueça	146.897	110.173		X
P. Piloto de Reperfilamento Eólico de uma Duna sujeita à Erosão Marinha	202.621	151.966		X
O. de Acessos e protecção das Dunas da Praia da Torreira - 3ª Fase	130.696	98.022		X
Reforço da Duna da Vagueira Norte e Sul	131.391	98.543		X
Ordenamento de Acessos e Protecção das Dunas da Praia da Barra	162.280	121.710		X
Reforço da Protecção da Duna de Mira Sul	141.837	106.378		X
Execução da Duna da Costa Nova Sul	139.569	104.677		X
Ordenamento de Acessos e Protecção da Duna da Costa Nova Sul - 1ª fase	157.200	117.900		X
R. e Qualif. Ambiental do Parque da Pateira de Espinhel- Espinhel	236.045	177.034		X
R. e Qualif. Ambiental do Parque de Lazer da Senhora do Amparo	375.980	281.985		X
R. e Qualif. Ambiental do Espaço Natural do Parque do Prego - Perrães	242.303	181.727		X
Núcleo de Educação Ambiental da Costa Nova	127.875	95.906		X
O. de Acessos e Protecção das Dunas da Praia de Quiaios Norte - 2ª Fase	141.174	105.880		X
Sistema Dunar da Costa Nova Sul - 2ª Fase/Duna Secundária	164.480	123.360		X
Ordenamento de Acessos da Duna Secundária da Costa Nova sul - 2ª Fase	126.484	94.863		X
EcoMira1	280.612	210.459		X
BIORIA	169.725	127.294		X
R. e Q. Ambiental do Esp. Env.à Pateira de Fermentelos- Ois da Ribeira	460.724	345.543		X
Valorização e r. da Barrinha de Esmoriz/Paramos - 1ª Fase (componente ICN)	0	0		X
Val. e r. da Barrinha de Esmoriz/Paramos - 1ª Fase (componente CCDRC)	23.230	17.423		X
ECOMATUR - ecoturismo naMata Nacional do Urso	155.617	93.370	X	
Reabilitação/Recuperação na Quinta da Paiva – 1ª Fase	219.660	131.796	X	
A. de Espaços Verdes e Ambientais na F. da Abrunheira – Rota das Fontes	212.751	127.651	X	
Parque Ecológico da Cerca - 2ª Fase	251.633	150.980	X	
Val. ambiental e gestão integrada dos r. naturais das margens das albufeiras de Cabril e Bouça	72.824	43.694	X	
Requalificação e valorização do património natural nas Freguesias de Pampilhosa, Vacariça e Luso	400.470	240.282	X	
Parque Botânico "Arbutus do Demo" - Jardins da Beira	367.427	220.456	X	
Defesa e Protecção Dunar na Praia da Vieira	146.216	109.662		X
Reconversão do Corredor Ferroviário - Ecopista	329.448	197.669	X	
R. do antigo c. de ferro da linha do Vale do Vouga para Percurso Pedonal/Ciclável	250.986	150.592	X	
<b>Total</b>	<b>7.871.347</b>	<b>5.564.388</b>		

